

Faculdade de Letras
Da Universidade de Coimbra

O Género nas Redações

Análise do Jornalismo Desportivo a partir da
Experiência do Jornal O Jogo

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Relatório de Estágio
Título	O Género nas Redações – Análise do Jornalismo Desportivo a partir da Experiência do Jornal O Jogo
Autor/a	Adriana Isabel Meneses Casimiro
Orientador/a	Rita Basílio Simões/Maria João Silveirinha
Identificação do Curso	2º Ciclo em Comunicação e Jornalismo
Área científica	Jornalismo
Data	2016



Agradecimentos

À minha avó, a pessoa que mais acreditou no trabalho que me comprometi a fazer;

À minha tia Margarida, que me auxilia sempre que preciso;

À minha chefe de trabalho, Fernanda, que, sabendo o quão difícil é ser trabalhadora-estudante, me deu uns dias a mais para concluir o trabalho;

À minha grande amiga, Serenela Dinis, que está sempre comigo para todas as horas;

Aos jornalistas d'O Jogo, Ireneu Teixeira, Rodrigo Cortez e Pedro Ribeiro, por terem tornado a minha experiência mais enriquecedora;

Às jornalistas d'A Bola, d'O Jogo e do DN, que aceitaram contribuir com os seus testemunhos;

Às professoras e também orientadoras de estágio, Rita Basílio Simões e Maria João Silveirinha, por me auxiliarem no rumo certo e terem perdido tantas horas a rever o meu trabalho. Sei que a conclusão deste relatório demorou mais que o previsto e, também por isso, agradeço a paciência;

A todas as mulheres que sofrem as consequências da desigualdade de género e, mesmo assim, gostam de contrariar as estatísticas.

A todos, o meu sincero obrigado!

Índice

Resumo/Abstract	2
Introdução	3 e 4
Capítulo I – Antecedentes Histórico-Culturais do Género nas Profissões	5
1.1. A Sociedade Portuguesa no Estado Novo	6 a 8
1.1.2. A Educação e o Ideal Feminino	9 a 13
1.2. As Mulheres e o Jornalismo	14 a 17
1.3. As Conquistas Democráticas de 70	17 a 20
1.3.1. Os Desafios do <i>Mainstream</i> da Política Integrada da Igualdade de Género	20 a 25
Capítulo II – O Género nas Redações	26
2.1. O Género e a Produção Informativa	27 a 32
2.2. As Mulheres na Profissão do Jornalismo	32 a 39
2.3. Género e Jornalismo Desportivo	39
2.3.1. Imprensa Desportiva Portuguesa	39 a 43
2.3.2. Género e Jornalismo Desportivo	43 a 46
2.4. As Mulheres Jornalistas nas Redações de Desporto	46
2.4.1. Contextos da Experiência da Profissão no Feminino	46 a 48
2.4.2. Vozes da Experiência	49 a 50
2.4.3. O Jornalismo Desportivo no Feminino: Aspectos Históricos e Estruturais	50 a 52
Capítulo III – Género e Atualidade Desportiva	53
3. Um Estágio, Uma Análise Exploratória	54
3.1. Caracterização do Centro de Estágio	54 a 56
3.2. Relatório de Um Estágio	56
3.2.1. Primeiro Dia	56 a 58
3.2.2. A Minha Experiência	58 a 59
3.2.3. As Dificuldades	59 a 60
3.2.4. Os Meus Trabalhos	60 a 62
3.3. Estudo de Caso d'O Jogo	62
3.3.1. Metodologia	62
3.3.2. Apresentação de Dados	63 a 69
3.3.3. Conclusões	70 a 71
3.3.4. Análise Qualitativa: Última Página e Revista J	71 a 73
Conclusão	74
Bibliografia/Netgrafia	75 a 79

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo uma breve análise da representação da mulher em Portugal, não só a nível do jornalismo, inclusive desportivo, mas também a nível social. Tendo em conta que os papéis da mulher e do homem são culturalmente diferentes, é necessário compreender de que maneira é que as ideias pré-concebidas de género influenciam as diferentes áreas sociais: no trabalho, na remuneração, no acesso a cargos de poder, na vida doméstica e no desporto, entre outros.

Num país que durante anos cultivou o ideal de mulher que cuida dos filhos e do lar e que dispõe de menos capacidade que os homens, a vários níveis, é certo que muitas dessas perceções ainda predominam de muitas formas. Apesar da emancipação da mulher e da obtenção de inúmeros direitos, antes recusados, o género feminino ainda vive segundo uma cultura predominantemente masculina, que limita a mulher nos mais variados domínios. O jornalismo é um deles, devido à entrada tardia da mulher nesta profissão, que desde a sua existência residiu nas mãos de homens.

Abstract

The objective of this project is a brief exploration of the representation of women in Portugal. Not only at a journalistic level, including sports journalism, but also at a social level. Since women's and men's roles in this society are culturally different, it's necessary to understand in what way the preconceived ideas of gender influence social areas: the job market, remuneration, the access to high profile jobs, domestic life and sports, among others.

In a country that has cultivated the ideal of a woman as a caretaker for the children and home and someone who has fewer capabilities than men, in various areas of life, it is fact that many of those perceptions still remain. Even though we have experienced female emancipation and have obtained numerous rights that were previously denied due to gender, women still live in a predominantly male society, that limits them in various sectors. Journalism is one of these sectors, due to the difficulty of access for women to this area that has previously only resided in the hands of men.

Introdução

O Relatório de Estágio que se segue foi elaborado de acordo com a experiência de três meses no Jornal O Jogo, em Lisboa, iniciado a 31 de Agosto e concluído a 31 de Novembro de 2015. Neste período de tempo, ocorreu-me o tema do género nas redações, pelo fato de existirem poucas mulheres na redação onde estive inserida e, também, por se tratar de um estágio em desporto, uma área culturalmente pouco atrativa ao género feminino.

Num primeiro ponto, era necessário compreender o porquê de algumas perspetivas relativas à mulher se entenderem como culturalmente aceites, papéis que predominaram ao longo da história e que se evidenciaram durante o período do regime totalitário do Estado Novo e, que ainda hoje, deixaram repercussões. Para esse fim, é fundamental compreender a sociedade portuguesa sob o comando de Salazar, onde os homens detinham o poder familiar, cabendo às mulheres o papel submisso de cuidar do lar e dos filhos, sem acesso a direitos fundamentais como o voto ou a entrada em algumas profissões.

Num segundo ponto, a entrada das mulheres no jornalismo, um processo que se foi intensificando com a modernização da profissão de jornalista e com uma maior formação por parte do género feminino que, aos poucos, foi chegando às redações. Uma chegada bastante limitada, devido às condicionantes de ser mulher, na época, e ao fato de ter de partilhar o mesmo espaço que os homens, que não estavam habituados às “novas colegas”.

Findo o regime fascista em Portugal, é dado termo à maioria das leis que diminuían as mulheres, definindo que todos seriam iguais perante a lei. Assim, elaborei um ponto dedicado às conquistas democráticas, alcançadas pelas mulheres durante a década de 70, que reduziram as disparidades entre os dois géneros e fomentaram a autonomia feminina, até ali recusada.

Apesar dos direitos das mulheres constarem na Constituição e no Código Civil, é notório o caminho a percorrer para que exista plena igualdade entre géneros. Deste modo, a Comissão Europeia iniciou um processo, denominado como *Mainstream* da Política Integrada da Igualdade de Género, que pretende, associando várias entidades europeias, conseguir perspetivas igualitárias para homens e mulheres, dentro dos estados-membros.

Segue-se o género e a produção informativa, um ponto que descreve as práticas dos meios de comunicação social na representação feminina, através de imagens distorcidas da realidade e de conceitos socialmente construídos da mulher. No caso do desporto, um dos motivos principais deste tipo de discurso sobre o género feminino é o fato dos jornais desportivos

albergarem muitos mais jornalistas masculinos, que acabam por colaborar com preconceitos de género.

Retomando as mulheres no jornalismo, é importante compreender de que modo a feminização das redações contribui para um tipo de jornalismo diferente. Uma vez que o jornalismo sempre se regeu segundo uma ideologia patriarcal, é de interesse conhecer de que forma trabalha a visão de uma mulher, tendo em conta que esta irá chocar com a visão predominante, a masculina.

Chegamos a um tópico ainda mais sensível à entrada das mulheres – o jornalismo desportivo. Se o jornalismo não permitiu a introdução do género feminino nas redações de ânimo leve, a área desportiva continua a tornar as coisas mais difíceis à sua entrada. O próprio desporto nunca foi convencionalmente feminino, pelas mais variadas razões, de modo que o gosto e conhecimento por este não é o mesmo que o dos homens, assim como a credibilidade dos dois não é a mesma, na hora de contratar um homem ou uma mulher para jornalistas de desporto.

Não poderia terminar um relatório de estágio sem falar do meu percurso no jornal O Jogo, num tópico onde abordo a história do jornal, as minhas dificuldades, os meus trabalhos e tudo o que tive possibilidade de aprender com os profissionais de desporto. Dentro da experiência que tive, elaborei um estudo de caso, onde analiso vinte cinco edições d'O Jogo. Nesta análise, o objetivo era verificar a representatividade da mulher nos jornais desportivos, em termos de notícias relativas ao género feminino, das imagens associadas a estas notícias, de número de mulheres jornalistas presentes, da representação das mulheres por seção do jornal, entre outros.

Por fim, foi feita uma análise qualitativa à última página e à revista de domingo (Revista J), que surgem associadas à presença mais objetificada da imagem da mulher, recorrendo a um discurso específico e a figuras femininas sexualizadas.

Capítulo I

Antecedentes Histórico-Culturais do Género nas Profissões

1.1. A Sociedade Portuguesa no Estado Novo

«Muita coragem foi necessária para lutar simultaneamente em duas frentes: contra os abusos da ditadura, e contra as práticas sexistas mais descaradas ou subtis.» (Ventura, 2009, p.15)

A instauração do Estado Novo, sob o comando de António de Oliveira Salazar, em 1933, veio alterar a matriz social, económica e cultural do nosso país. Estas mudanças espelhavam as ideias de Salazar, distinto professor da Universidade de Coimbra, que é convidado para Ministro das Finanças e edifica o estado totalitário português – Estado Novo – inspirado na ideologia fascista, ainda que com algumas particularidades distintas. Novos alicerces se ergueram na construção de uma ordem política, que pretendia resolver os problemas financeiros do país e instaurar a disciplina social.

Segundo Couto e Rosas (2009), em termos políticos, Salazar concebeu um regime à semelhança de Mussolini, onde rejeitava os princípios fundamentais dos regimes democráticos, assim como o sistema parlamentar pluripartidário, limitando-se a princípios da moral e do direito. Apesar de existir a figura do Presidente da República, a verdadeira autoridade era exercida pelo Governo, mais precisamente pelo presidente, na figura de Salazar, representado pela propaganda como o “Salvador da Pátria” e venerado pelas multidões. Em 1930 é fundada a União Nacional, único partido autorizado no país e o Ato Colonial, aprovado no mesmo ano, que afirmava Portugal como país civilizador dos territórios ultramarinos.

Católico convicto e adverso à ideologia marxista onde, segundo o próprio, imperava a desordem e a indisciplina, Salazar consagrou a tradição e a ruralidade como a imagem de uma sociedade de virtudes. A união dos portugueses no engrandecimento da pátria era uma das preocupações do regime, de tal maneira que se iniciou um processo de exaltação dos valores nacionais, através da consagração de heróis e do passado glorioso de Portugal, inculcada aos mais jovens através da escola.

Para além da União Nacional, a superestrutura nacional de enquadramento de massas, as autoras referem outras instituições e formas de fidelizar a população ao regime – A Legião Portuguesa, destinada a funcionários públicos; a Mocidade Portuguesa, que preparava ideologicamente os mais novos para os valores do Estado Novo, a FNAT (Federação Nacional Para a Alegria no Trabalho), tutelada pelas corporações para a organização e ocupação de tempos livres, segundo os princípios morais do regime e a temida PIDE, polícia política que

perseguia, prendia, torturava e matava quem manifestasse sinais de oposição ao poder instituído.

A nível económico, Antão (2010) afirma que Salazar abandonou o liberalismo e adotou um modelo protecionista e interventivo, visando a autossuficiência do país e a afirmação do nacionalismo económico. A receita fiscal era obtida através de uma rigorosa contenção de despesas, exigindo um conjunto de impostos à população. Com um país maioritariamente rural, Salazar empreendeu uma série de medidas de fomento das atividades agrícolas, sendo a agricultura um dos maiores sustentos do regime – a medida de maior impacto foi a dinamização da produção de trigo, à semelhança da campanha do trigo de Mussolini, em Itália.

Relativamente à indústria, o autor explica que o carácter ruralista do país e a excessiva presença do Estado na regulamentação da atividade produtiva eram constrangimentos que não permitiam um avanço industrial expressivo, embora alguns setores como a indústria cimenteira, refinação de petróleo, construção naval e adubos químicos tenham sentido maiores transformações em termos de desenvolvimento. As obras públicas, por sua vez, foram o grande legado do Estado Novo que pretendia dar uma imagem nacional e internacional de modernização, tendo atribuído grande importância aos monumentos históricos, estradas, redes telefónicas, portos marítimos e grandes complexos desportivos e hidroelétricos.

Couto e Rosas (2009) falam de uma nova política de informação, claramente planificada. Com o apoio de António Ferro, que viria a encabeçar a chefia do aparelho de propaganda nacional do Estado Novo, o SPN – Secretariado de Propaganda Nacional - Salazar serviu-se da imprensa para seu próprio proveito. Criou o Rádio Clube Português, a Rádio Renascença e a Emissora Nacional, todas em seu apoio, e mesmo que não o quisessem, estariam sob a mira da apertada censura prévia, que exercia uma rigorosa vigilância sobre todas as produções intelectuais. Publicações e emissões de rádio e televisão eram previamente revistas (no caso da imprensa, através do famoso lápis azul¹), assim como as publicações estrangeiras, que eram fiscalizadas em nome “da moral e dos bons costumes”, levando os autores a procurarem as maiores subtilezas literárias ou fonovisuais para poderem materializar a sua inteligência.

O exercício da censura, explica a Associação dos Amigos da Torre do Tombo, estava a cargo das Comissões de Censura, de nomeação governamental, subordinadas ao Gabinete do

¹ Era com o Lápis Azul que os censores decidiam aquilo que o País deveria saber, através da imprensa, rádio, televisão, livros, cinema, teatro, música, pintura, ou de qualquer outro meio de divulgação da criatividade humana.

Ministro do Interior, por intermédio da Comissão de Censura de Lisboa. Esta Comissão teve como sucessoras, ainda em 1933, a Direção Geral dos Serviços de Censura, e em 1935, a Direção dos Serviços de Censura. A Direção dos Serviços de Censura superintendia os Núcleos Regionais de Lisboa, Porto e Coimbra dos quais, por sua vez, dependiam as Delegações espalhadas por todo o país.

Afirma Rolim (2009) que a falta de liberdade de expressão e o conservadorismo instituído pelo Estado Novo não permitiram que Portugal produzisse conteúdos, a nível cultural e artístico, criando mentes cerradas e fiéis ao regime que não fabricavam nada de novo, uma vez que a produção cultural portuguesa se cingia à propaganda da grandeza nacional. Como resultado desta política de controlo de informação, explica Silva (2008), só quem tivesse confiança política do Governo podia encabeçar a direção de um jornal, sendo que muitas das vezes não existia um diretor mas um afeto ao regime, sem qualificação para tal cargo. Tudo o que era propagandeado pelo Governo na imprensa servia para difundir uma realidade submissa aos interesses do Estado Novo.

A autora explica que estas ideias eram transmitidas através de um discurso simples e objetivo, com pensamentos claros e incontroversos, que só podiam levar à concordância geral, não havendo o que discutir. Também as encenações culturais como “salões de pintura”, os prémios literários, as exposições coloniais, os pavilhões nas exposições internacionais ou a Grande Exposição do Mundo Português tinham igual finalidade – a promoção política.

Segundo Cádima (1997), a televisão revelou-se um meio discursivo e técnico extremamente importante, que permitiu legitimar a ditadura e ainda permitir a sua longevidade. O pensamento de Salazar, o seu misantropismo e a ténue ligação aos *media*, associado ao fato de o salazarismo manter o seu poder através do controlo policial e da contenção das liberdades de expressão, levaram à incapacidade do regime em se autopromover através deste tipo de propaganda. Após substituir Salazar, Marcelo Caetano vangloriou-se por ter sido o primeiro membro do governo a utilizar o poder de influência da televisão, permitindo uma certa abertura de comunicação e maior tolerância informativa, nomeadamente ao permitir mais notícias do estrangeiro e opiniões de exilados contra o Governo.

1.1.2.) A Educação e o Ideal Feminino

De acordo com Ventura (2009) em 1960, 31,1% da população portuguesa era analfabeta, sendo que a maioria eram mulheres. Se nos detivermos sobre a população residente com 15 e mais anos sem nível de ensino verificamos que no mesmo ano, 72,1% das mulheres estava em situação de analfabetismo (Quadro 1):

Quadro 1

População Residente com 15 e Mais Anos Sem Nível de Ensino, por Sexo

Anos	Sexo		
	Total	Masculino	Feminino
1960	65,6	58,1	72,1
1970	35,2	28,7	40,7
1981	21,9	16,3	26,8
1991	13,0	9,3	16,4
2001	9,2	6,4	11,8
2011	6,0	4,2	7,7

Fontes: INE,PORDATA

Última atualização: 2015-06-26

Explica Campos (2011) que na viragem para o século XIX e numa altura em que existia uma elevada taxa de analfabetismo em Portugal, num total de 75% da população, a I República tentou implementar algumas medidas para a resolução deste problema antigo - gratuidade e neutralidade do ensino, escolaridade obrigatória de cinco anos e criação do ensino infantil oficial. As razões do insucesso destas medidas deveram-se essencialmente à instabilidade económica e política que se vivia na época, em muito devido à participação de Portugal na 1ª Guerra Mundial, que se refletiu no problema do trabalho infantil, sendo que as famílias contavam com o rendimento das crianças, que eram impedidas de frequentar a escola.

Em 1947, na altura do pós-guerra, surge em Portugal um crescimento económico, acompanhado de uma abertura da economia portuguesa e adesão a organismos internacionais

como a OCDE e a EFTA, que revelaram o atraso educacional do país e a carência em matéria de qualificação de recursos humanos. A escola nacionalista, tal como foi idealizada por Salazar e seus pares, tinha como principal objetivo ensinar a ler, escrever e contar, considerando-se estas competências suficientes para a vida futura dos jovens portugueses. Esta forma de ensino associada a uma perspetiva retrógrada, dava elevada importância aos valores morais católicos, ao lugar primordial da família, ao amor pela pátria demonstrado na exaltação dos seus símbolos, como a saudação à bandeira, a glorificação da História de Portugal e seus heróis e a apologia do colonialismo.

Até 1945, pode considerar-se que a reforma do ensino primário foi a mais importante discussão na Assembleia Nacional, no que respeita à educação. Ainda assim, não é concebível o porquê de, na década de 60, Portugal ter ainda uma taxa de escolarização inferior a 50%, considerando a população entre os 5 e os 14 anos.

A escolaridade obrigatória, explica Pimentel (2000), foi aumentada para os homens em 1956 e para as mulheres em 1960, pelo Ministro Francisco Leite Pinto, sendo que em 1964 é decretado, pelo próprio, a obrigatoriedade escolar de seis anos para ambos os sexos. Apesar da entrada da mulher na escola ter sido tardia, em 1960 fez-se sentir uma «explosão escolar» no universo feminino, tornando-se as mulheres na maior parte dos estudantes dos liceus. Apesar de considerar fundamental baixar o nível de analfabetismo no país, Salazar não julgava necessário que os portugueses fossem excessivamente formados. Ainda assim, apercebeu-se da importância do ensino primário, pois só sabendo ler e escrever é que os cidadãos poderiam ser bons recetores da ideologia do regime.

Tavares (2008) fala de um Salazar respeitador e admirador das mulheres, embora nunca se tenha casado com nenhuma. Tornou-se um herói para muitas mulheres de diferentes níveis sociais, que aceitavam sem qualquer problema o papel que lhes era atribuído. O chefe do regime procurou apoiar-se numa elite feminina, onde se encontravam mulheres fiéis ao Estado Novo e ao catolicismo. O Movimento Nacional Feminino foi uma das últimas organizações que apoiou Salazar, ao propagandear os seus ideais de mulheres como boas esposas, mães e senhoras de uma elite, preocupadas com a prática da “caridade”.

Nesta altura, o conceito de feminismo era considerado uma ameaça à “natureza” da mulher, à instituição familiar, à natalidade e aos “bons costumes”. Assim como o liberalismo ou o socialismo, o conceito de feminismo era inimigo dos ideais do Estado Novo, uma vez que falar de direitos das mulheres era falar de democracia, e quem proferisse tais assuntos seria

preso(a). Apesar do advento feminista se ter desvanecido devido à guerra e aos regimes totalitários, as mulheres portuguesas não deixaram de estar presentes na luta contra o Estado Novo, apesar da reprovação deste tipo de assuntos e de obras que propiciassem tais questões, como foi o caso d' *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir.

Dentro da ação feminista portuguesa, surgem “As Três Marias” - Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa – autoras das chamadas *Novas Cartas Portuguesas*, uma das obras mais perseguidas pela ditadura, que abriu caminho para o debate sobre a igualdade de género. De acordo com o Jornal Público (2016) o livro, acusado de pornografia e perseguido pelo Estado Novo, viria a estar no centro do processo que ficou conhecido como as “Três Marias”. O julgamento durou dois anos e foi seguido de perto pela imprensa e pelos movimentos feministas internacionais, que organizaram manifestações de protesto junto às embaixadas e consulados portugueses em Londres, Paris e Nova Iorque. A conclusão do caso ocorreu já depois da Revolução de 25 de Abril de 1974 e as três escritoras foram absolvidas. *As Novas Cartas Portuguesas* adquiriram o estatuto de tratado sobre os direitos das mulheres em Portugal, mas acabaram por extravasar mais tarde essa intenção inicial.

Na década de 60, as mulheres atingem a possibilidade de controlar a sua sexualidade, pela descoberta e lançamento da pílula contraceptiva, que permitia à mulher libertar-se da gravidez não desejada e deixar de associar conceitos como sexualidade e reprodução. Em Portugal, a pílula foi proibida enquanto método contraceptivo, uma vez que Salazar afirmava que as mulheres não atingiam a felicidade pelo prazer, mas pela abdicação deste, numa sociedade catolicista onde o sexo equivalia ao pecado e o seu único propósito era gerar filhos.

Apesar dos valores incluídos no Quadro 1, Ventura (2009) expõe que as instituições do Estado Novo formavam, não só cidadãos submissos, mas também quem colaborava com o regime, assim como mulheres que, aos seus olhos, eram demasiado desobedientes ou não tinham capacidade de critério próprio. Segundo a autora, apesar de algumas terem oportunidade de se formar, as mulheres portuguesas estavam sujeitas a uma legislação que as igualava à situação de menores e que as fazia depender, em diversos âmbitos, do marido, destinando-as ao panorama familiar e definindo-as como seres menos racionais, que se deixavam levar pela emotividade.



Fig.1) Publicação do Ministério do Interior (1942)

Fonte: Arquivo Oliveira Salazar

Assim, «os direitos e deveres de cada um no seio da família estendem-se até ao espaço público, precisando [as mulheres] – até 1969 – de autorização do cônjuge para obterem um passaporte ou mesmo para abrirem um negócio ou exercer certas profissões» (Ventura, 2009, p.69), como é o caso do jornalismo.

Os direitos que lhes permitiam eram escassos, exemplo disso é o direito de voto, concedido apenas e só a maiores de 21 anos, casadas com maridos ausentes nas colónias e no estrangeiro, viúvas, divorciadas de pessoas e bens, com diplomas do ensino secundário ou superior. No caso dos homens, bastava saber ler e escrever. Pimentel (2000) afirma que o voto concedido à mulher não era um reconhecimento de um direito, mas uma forma de tornar esse mesmo voto útil aos propósitos de Salazar, relativamente a áreas como a assistência e a educação.

De acordo com Tavares (2008), realizou-se em 1968 um colóquio sobre a “Condição da Mulher Portuguesa”, onde Isabel da Nóbrega afirmava que o trabalho ainda não era encarado pela mulher portuguesa como uma carreira ou profissão e que metade das raparigas que frequentavam a Universidade estariam prontas para largar os estudos, pelos mais diversos motivos. Apesar da entrada em maior escala das mulheres no mercado de trabalho a partir da década de 60, devido a fatores como a Guerra Colonial, o surto migratório, entrada de empresas e multinacionais no país em busca de mão-de-obra barata, o Estado nunca contribuiu para retirar a mulher da esfera caseira.

Ainda assim, Pimentel (2000) refere que o trabalho feminino fora do lar, principalmente na indústria, era uma preocupação do regime, uma vez que Salazar concluiu existir diferenças entre as mulheres casadas, cujo objetivo de vida era zelar pela família e pelo lar, e as mulheres solteiras que, não constituindo família, deviam ter um acesso mais facilitado ao emprego. Assim que o Estado Novo se institucionalizou em 1933, foi criado o Estatuto do Trabalho Nacional (ETN), que estipulou que o trabalho destinado a mulheres e jovens fora de casa seria regulado por questões morais, da defesa física, da maternidade, da vida doméstica, da educação e do bem social. Além do impedimento do trabalho feminino em certos setores e profissões, as mulheres que trabalhavam tinham de pedir autorização para se casar, sendo que em algumas profissões, como era o caso da enfermagem, nem com autorização tal era possível.

Em 1968, Marcelo Caetano substituiu Salazar após um acidente que o afastou do poder e apresenta-se um regime, segundo o próprio, mais aberto, que marca eleições para a Assembleia Nacional, no ano seguinte. Ventura (2009) refere, nesta altura, a criação da Comissão Democrática Eleitoral das Mulheres do Distrito de Lisboa, que incitava as mulheres à reivindicação dos seus direitos e deveres, sendo que as candidaturas femininas existentes visavam, na época, marcar presença das mulheres no espaço público e questionar problemas gerais do país.

A Revolução de Abril, que se avizinhava, foi para as mulheres portuguesas a abertura de portas para um lugar digno na sociedade, com a conquista de igualdade de direitos e medidas revolucionárias na área do trabalho, social e familiar. Entre elas, é de salientar a diminuição da diferença salarial entre homens e mulheres, a possibilidade total de voto para qualquer mulher, a quebra do estatuto feminino submisso ao homem e, principalmente, a revisão da Constituição de 1976, que estabeleceu que todos eram iguais perante a lei, tanto em direitos como em deveres.

1.2.) As Mulheres e o Jornalismo

«Ainda que ensombrada pelas nuvens do “inverno” que a precedeu, a designada “primavera marcelista” foi o cenário onde nasceram ou germinaram as primeiras sementes de um organismo oficial para “a melhoria da situação das mulheres” em Portugal – o Grupo de Trabalho para a definição de uma política Nacional Global acerca da Mulher.» (Rosa Monteiro, 2010, p.15)

De acordo com Correia e Baptista (2005, p.1192), as dificuldades relativas ao trabalho de jornalista não se situavam apenas no universo feminino, pois a renovação dos quadros fazia-se lentamente, a transição de profissionais entre periódicos era escassa e o tempo de permanência nestes era prolongada. «“Quando se entrava num jornal era para toda a vida!”», muito graças à possibilidade de acumular mais do que um trabalho, quer no jornalismo, quer em conjunto com outras profissões.

O fato da censura ditar os assuntos a tratar, reduzia a prática jornalística aos mesmos temas e a um exercício da profissão muito condicionado e pouco original. Segundo os autores (p.1193), a deontologia profissional não era uma realidade, havia sim «um código de conduta extremamente masculinizado (a presença das mulheres era escassíssima), assente em noções de honra, coragem e integridade moral. Havia normas éticas (...) mas que tinham mais a ver com a comum convivência social».

É na década de 60, através de jornais detidos por grupos familiares, onde surgem novos pontos de vista políticos e comerciais (os quais o regime não controlava com tanta facilidade), que algumas mulheres conseguem aceder à profissão de jornalista (Ventura, 2009), embora maioritariamente em revistas femininas, que não lhes permitiam falar de assuntos fora da esfera social da mulher, como era o caso da política ou do desporto.

Na década de 70, a oposição erguia-se nas várias áreas profissionais, tal como no jornalismo, onde é organizada uma eleição para o corpo do Sindicato Nacional dos Jornalistas que, segundo Correia e Baptista (2005), tinha dois objetivos fundamentais: a necessidade de formação profissional, com a apresentação do projeto de um curso de jornalismo a nível universitário, e a melhoria das condições de trabalho, no plano da contratação coletiva, dos horários, das tabelas salariais, etc. Isto permitiu que o trabalho de jornalista fosse visto com outros olhos, assim como já não era autorizada a acumulação de empregos, passando a existir reuniões matinais para planeamento da edição, ética da participação e da discussão

coletiva, estímulo de novas ideias e patrocínio do género da reportagem, passando aos jornalistas a ideia de que não se deveriam conter na escrita, como acontecia anteriormente em época de censura. «Desta forma, o sistema de comunicações melhorou, tornou-se mais rápida a circulação de notícias e ampliou-se o hábito de ler jornais. Assim, «o jornal lançado romanticamente pelo indivíduo isolado que nele fazia quase tudo deixava, passo a passo, de ter condições para competir e subsistir. (...)» (Guimarães e Fernandes, 2012, p.4)

Estas modificações surgem numa altura em que o país sofre alterações sociais, nomeadamente influências externas, as quais eram maioritariamente sentidas pelas camadas privilegiadas. Gradualmente, as mulheres vão entrando nas redações num contexto de modernização e renovação ainda que, de acordo com Ventura (2009), a escola preparasse as raparigas para um destino diferente, que era o de mães e donas de casa. As que tinham oportunidade de prosseguir os estudos recebiam sugestões dos colegas para ingressar noutras profissões, mais adequadas a senhoras, exemplo daquilo que a autora descreve como «“feminilidade empregável”».

Relata Ventura (2014), que a entrada das mulheres portuguesas nas redações não coincide com as primeiras notícias assinadas por estas nos jornais, uma vez que não existia, inicialmente, um espaço ao qual correspondemos hoje o espaço de redação e, quando começou por existir, não era permitido o acesso da mulher. Quando foi permitido, existiam espaços separados entre os dois géneros, à semelhança do que acontece nos lavabos.

«O surgimento da nova geração de mulheres no jornalismo acontece em simultâneo com a chegada feminina em massa a certas profissões liberais como a advocacia, a magistratura ou a medicina, tendência que se tem vindo a acentuar desde os finais dos anos 70. Até então, a sua presença acontecia de uma forma excecional, acompanhando a dinâmica generalizada de escassa participação das mulheres num mundo laboral protagonizado pelos homens.» (Subtil, 2003, p.1)

Os meios de comunicação, que durante o regime de Salazar estavam ao serviço das ideologias do Estado e da Igreja Católica, tornam-se num ponto de viragem no país, devido à quantidade de mulheres que se licenciam na área, nos anos 80, altura em que a própria prática do jornalismo se vai também modernizando. Segundo Guimarães e Fernandes (2012), o jornal torna-se um bem de consumo onde os jornalistas ganham mais protagonismo: o repórter passa a ser valorizado e surge a figura do correspondente de guerra, no entanto, embora as mudanças tenham trazido um novo estatuto para a profissão de jornalista, esta área apresentava-se ainda

com condições precárias, estando as mulheres mais propensas à subcontratação ou a contratos a prazo. Para sermos mais precisos, «a análise da composição sexual da elite jornalística comprova que as jornalistas se encontram, na sua esmagadora maioria, completamente arredadas dos cargos de topo conotados com o exercício da autoridade e do poder» (Subtil, 2003, p.7).

Ventura (2009) indica que, em 2005, o Sindicato dos Jornalistas recebeu a inscrição de 156 novos associados, dos quais 90 eram mulheres. Em 1960, a percentagem de mulheres sindicalizadas era de 2%, correspondendo a 10 jornalistas do sexo feminino, que poderiam ou não desempenhar funções ligadas á redação. Passamos a 190 mulheres jornalistas em 1980, ainda que tenha sido um tímido aumento mesmo depois do fim do regime pois, não só o acesso à profissão era uma barreira, como também a formação.

«Os homens têm podido circular entre as diferentes esferas: política, económica, da sociedade civil e da privacidade; às mulheres coube organizar, cuidar, ocupar-se e simbolizar a esfera privada. As que não o fizessem (...) adquiririam o rótulo de mulheres de segunda categoria.» (Simões, 2007, p.49)

Silveirinha (2012) menciona que, apesar da industrialização dos jornais em grandes países da Europa ou mesmo nos Estados Unidos, a falta de instrução das mulheres mantinha-as apenas como públicos muito restritos da imprensa e, mesmo com o acréscimo destas profissionais, nada se modificou. Para Ventura (2007), as mulheres recebiam uma educação limitada e direcionada para atividades que não estimulavam ou promoviam o espírito crítico, embora bastasse o critério da incapacidade física das mulheres, relativamente aos homens, para impedir um maior acesso das mesmas à área.

As mulheres entravam nas redações através de parentes, enquanto suas filhas, namoradas, viúvas ou divorciadas. Contudo, e de acordo com Ventura (2007) é curioso como apesar das mulheres terem formação e motivação para serem jornalistas, fosse necessário recorrer ao género masculino para o conseguir. Para além dos fatores de desmotivação já enumerados, as mulheres deparavam-se ainda com mais resistências: a profissão não era bem vista socialmente, em particular no sexo feminino, que se pretendia discreto.

Conta a autora que a vida boémia do Bairro Alto (onde se concentravam a maioria das redações na década de 60), as reuniões nos cafés das redações depois do trabalho ou os piquetes noturnos, não eram fatores vantajosos para uma mulher nesta profissão. A condição feminina obrigava a certos cuidados especiais – com a linguagem e com a indumentária, tentando

demarcar-se dos hábitos típicos dos colegas do sexo masculino. Algumas jornalistas, apenas se dirigiam às redações quando era necessário entregar os textos.

A reivindicação da igualdade dentro das redações passava pela tentativa de escrever sobre certos assuntos, renegando todos os temas atribuídos à área feminina. As mulheres que, pelas circunstâncias, são inseridas nas páginas femininas, tentam introduzir novos temas e ganhar alguma notoriedade e autoestima feminina, através da publicação de biografias de mulheres famosas, com contributo nas áreas da ciência, literatura ou mesmo no desporto.

As jornalistas assumiram um estatuto de mulheres jornalistas, que conciliavam a maternidade e o matrimónio, com a vida de trabalhadoras, enfrentando, muitas vezes, o julgamento de familiares e colegas. A luta pelas questões da igualdade fundia-se na luta geral contra a ditadura, que era a verdadeira luta, ainda que algumas tenham conseguido alcançar os seus objetivos por mérito próprio.

1.3.) As Conquistas Democráticas de 70

Segundo Rebelo (s.d.), os avanços conseguidos no reconhecimento do estatuto social da mulher em igualdade com o homem depende, em primeiro lugar, da consciência do género feminino em alcança-la. Depois, depende das características de cada país e da vontade política dos governos respetivos. No caso de Portugal, o papel da mulher durante o regime de Salazar era claro, como se verifica num discurso proferido por este:

« (...) o trabalho da mulher fora de casa desagrega este, separa os membros da família, torna-os um pouco estranhos uns aos outros. Desaparece a vida em comum, sofre a obra educativa das crianças, diminui o número destas; e com o mau ou impossível funcionamento da economia domestica, no arranque da casa, no preparo da alimentação, no vestuário, verifica-se uma perda importante, raro materialmente recompensado pelo salário recebido.» (Neves e Calado, 2001, p.308)

O Estado-Novo, por intermédio da sua filosofia e dentro das suas possibilidades, sempre tentou impor limites à conquista de independência por parte das mulheres, de modo que estas se dedicassem inteiramente à sua missão de cuidar do lar e dos filhos. Com a Revolução de Abril de 74 e as primeiras eleições livres para a Assembleia Constituinte, forma-se o primeiro Governo Constitucional português, chefiado por Mário Soares. A Constituição de 1974, após a

dissolução do regime totalitário de Salazar, eliminou os fatores mais óbvios de discriminação, estabelecendo os princípios da universalidade e da igualdade dos direitos fundamentais, nomeadamente a liberdade de pensamento e de expressão, a liberdade de imprensa, e o reconhecimento dos direitos e deveres iguais para homens e mulheres, perante a lei.

No ano de 74, segundo números da Direção Geral da Segurança Social (2014), apenas 25% dos trabalhadores eram mulheres, 19% trabalhavam fora de casa, sendo que 86% eram solteiras e 50% tinham menos de 24 anos. 44% possuíam como habilitações literárias o ensino secundário e ganhavam menos cerca de 40% que os homens. É também neste ano que Madalena Barbosa (1942-2008) funda o Movimento de Libertação das Mulheres, organismo de luta pelo direito à igualdade de oportunidades, sem discriminação de género. Este movimento teve uma forte influência dos movimentos de libertação das mulheres em França.

«Em Abril de 1974 o trabalho e a vida (...) foram intercetados pela revolução, e com ela, novas oportunidades se abriram (...) às mulheres portuguesas em geral. Em Janeiro de 1975 a Comissão para a Política Social relativa à Mulher foi substituída pela Comissão da Condição Feminina, colocada em regime de instalação pela Ministra dos Assuntos Sociais, Maria de Lourdes Pintasilgo.» (Rosa Monteiro, 2010)

O direito à educação, à cultura e à saúde foram garantidos constitucionalmente a todos os cidadãos, sem discriminação de sexo, etnia ou religião. Em curto período a mulher obteve conquistas legislativas de relevo:

- Acesso das mulheres a todos os cargos da carreira administrativa local, à carreira diplomática e à magistratura;
- A partir de 1975 a mulher possui o direito de voto sem qualquer restrição, tendo podido exercer esse direito já nas eleições para a Assembleia Constituinte;
- Em 1976 é abolido o direito do marido abrir a correspondência da mulher;
- A nova Constituição garantiu a igualdade de oportunidades de tratamento no trabalho, no emprego (art.º 52) e afirma que na família o homem e a mulher têm os mesmos direitos e deveres quanto à capacidade civil e política e no respeitante à educação dos filhos;
- É reconhecido o valor social da maternidade, assegurando-se o direito, antes e depois do parto, a uma licença sem perda de remuneração ou de outras vantagens;

Mas mudar a Constituição não era suficiente, era urgente mudar também o Código Civil. Deste modo, era necessária a reforma do Código Civil de 1966. No novo texto, que entrou em vigor a 1 de Abril de 1978, foram introduzidas as seguintes medidas:

- O restabelecimento do divórcio;
- A valoração do casamento baseado na igualdade de direitos e deveres dos conjugues;
- A partilha, na família, do poder paterno entre o marido e a mulher;
- A igualdade de tratamento no casamento, em que tanto o homem como a mulher estão ligados pelos deveres de respeito, fidelidade, coabitação e assistência.

Rebelo (s.d.) refere ainda outras inovações como o direito ao divórcio ser extensivo às uniões canónicas (Decreto-lei 187/75 – 4 de Abril), assim como o direito a uma licença de parto de 90 dias (Decreto-lei 112/76 – 7 de Fevereiro). Gradualmente surgem outras mudanças. Extingue-se a Direção-Geral de Segurança, a Legião Portuguesa, a Mocidade Portuguesa, a Mocidade Portuguesa Feminina e o Secretariado para a Juventude. O Código Penal de 1983 introduz importantes alterações no que respeita aos maus-tratos entre cônjuges e contra menores, penalizando-se a falta de assistência materna à família dentro e fora do casamento.

A década de 75 é assinalada com o Ano Internacional da Mulher em Portugal, designado pela ONU, ano em que Portugal participa na I Conferência Mundial sobre as Mulheres, na Cidade do México, e é aprovado um plano que marca as diretrizes aos governos e toda a comunidade internacional para os dez anos seguintes, em questões como igualdade remuneratória entre trabalhadores femininos e masculinos, direitos políticos das mulheres, segurança social das mulheres domésticas e legislação relativa a fecundidade e planeamento familiar.

No ano seguinte, são criadas consultas de planeamento familiar nos Serviços de Saúde e concretizado o princípio da igualdade de tratamento entre homens e mulheres, no que se refere ao acesso ao emprego, à formação e promoção profissionais e às condições de trabalho. Foi também em 76 que se iniciou a Década das Nações Unidas para as Mulheres, sendo também assinalado um Dia Internacional da Mulher que iria lembrar as conquistas sociais, políticas e

económicas das mesmas. Já em 79, é designada pela ONU a Carta de Direitos Fundamentais das Mulheres, de modo a eliminar todas as formas existentes de discriminação.

«Podemos mudar a lei – substituir palavras, eliminar palavras, acrescentar palavras – mas as realidades sociais não se mudam apenas à “força” da lei. Estamos hoje e de novo em crise económica. E há hoje muitas mulheres que se mantêm casadas – apesar de viverem casamentos violentos – por não terem condições económicas de sobrevivência digna, por não poderem sustentar os filhos, por terem medo de perder os filhos. A relevância penal da violação da mulher causada pelo marido tem sido difícil e só recentemente têm surgido decisões jurisprudenciais que, de forma clara e sem ambiguidades, reconhecem a gravidade dos crimes sexuais praticados entre os cônjuges. É hoje ainda comum uma distribuição desigual das responsabilidades familiares entre homens e mulheres. Não conseguimos ainda ter uma plena igualdade de género no acesso ao trabalho e salarial.» (Organização Capazes, 2015)

Na atualidade é bem visível a presença das mulheres em todos os níveis de ensino, em diversos sectores de atividade, em diferentes categorias profissionais e, inclusivamente, na participação política, embora em menor escala, dado que fatores de ordem familiar pesam ainda quase exclusivamente sobre a mulher. Rebelo (s.d.) explica que, apesar da igualdade de circunstâncias para os dois géneros, o acesso feminino é ainda dificultado. Parece ser difícil entender que o género humano compreende dois polos: o sexo masculino e o sexo feminino, com diferentes características biológicas, diferentes funções, mas que não devem traduzir-se negativamente nas condições de vida das mulheres, nem servir para qualquer propósito discriminatório.

1.3.1) Os Desafios do *Mainstream* da Política Integrada da Igualdade de Género

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), as mulheres constituíam, em 2014, 52,5% da população portuguesa (Quadro 2):

Quadro 2

População Residente em Portugal (Milhares), 1981-2014

Anos	Total	Homens	Mulheres
1981	9 833,0	4 737,7	5 095,3
1991	9 862,7	4 754,7	5 107,9
2011	10 542,4	5 030,4	5 512,0
2012	10 487,3	4 995,7	5 491,6
2013	10 427,3	4 958,0	5 469,3
2014 ¹⁰	10 374,8	4 923,7	5 451,2

Fonte: INE

Última Atualização: 02-09-2015

A desigualdade de género ainda é uma realidade para as mulheres portuguesas, em vários setores, apesar destas se apresentarem como maioria populacional. Segundo a CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (2014), a situação de desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho continua a ser significativa: em 2013, a taxa de atividade das mulheres era de 70%, menos 6,7 pontos percentuais do que a dos homens. Enquanto nos grupos etários mais jovens (entre os 15 e os 34 anos) a taxa de atividade apresenta valores bastante equilibrados entre homens e mulheres, à medida que a idade avança, a desigualdade aumenta consideravelmente, atingindo uma diferença de 13,1 pontos percentuais nas idades compreendidas ente os 45 e os 65 anos.

Em todos os países, sem exceção, o emprego feminino a tempo parcial supera o masculino. Vários estudos têm sublinhado que a feminização desta modalidade se explica com base na persistência de representações sociais tradicionais e na assimetria na partilha de responsabilidades e tarefas entre homens e mulheres. O mesmo se verifica na análise aos cargos de poder mais elevados - mais de um quarto da população feminina empregada (25,9%) exercia, em 2014, uma profissão ao nível do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos e dos especialistas das profissões intelectuais e científicas, numa proporção superior à que se regista para a população empregada masculina. Contudo, em termos de chefias e cargos de maior importância e poder, é significativamente inferior à dos homens.

Em jeito de curiosidade, se observarmos os Censos de 2011, verificamos que as mulheres representavam 1/3 dos profissionais do grupo “dirigentes”, sendo estas mais jovens e mais qualificadas, que se casam menos e se divorciam mais.

A procura do primeiro emprego afeta mais as mulheres do que os homens, o que reflete maior dificuldade das jovens, comparativamente aos jovens, em aceder ao mercado de trabalho. Se falarmos de jovens com nível de instrução superior e no desemprego verificamos que, também aí, as dificuldades são maiores para as mulheres, apesar do nível de instrução.

Em termos remuneratórios e de acordo com os dados da CIG (2014), a remuneração média mensal de base das mulheres em 2013 foi de 816,21€ e a dos homens 993,79€, ou seja, as mulheres recebiam cerca de 82,1% da remuneração média mensal de base dos homens (ou, dito de outra forma, os homens recebiam 121,8% em relação às mulheres). Apesar das mulheres serem hoje em dia a maioria estudantil no ensino superior, constata-se que o diferencial salarial entre mulheres e homens está estreitamente relacionado com os níveis de qualificação - à medida que aumenta o nível de qualificação, maior é o diferencial salarial entre homens e mulheres, sendo particularmente evidente entre os quadros superiores.

O chamado *gap* salarial em Portugal (Continente), em 2013, situava-se, em termos de remuneração média mensal, nos 17,9%, um decréscimo de disparidade salarial de 1,8%, relativamente às últimas estatísticas. Neste ano, as mulheres europeias (UE-28) ganhavam, em média, 16,3% menos do que os homens, com os menores valores em países como Eslovénia, Malta e Itália, onde a disparidade salarial varia entre 3,2% e 7,3% e maiores valores na Islândia, Alemanha e Estónia, entre 20,5% e 29,9%.

Em termos de áreas profissionais, os Censos de 2011 referem cinco profissões que mais absorviam as mulheres: trabalhadoras de limpeza, vendedoras em loja, empregadas de escritório, professoras do ensino básico (2º e 3º ciclos) e secundário e trabalhadoras de cuidados pessoais nos serviços de saúde, tendo estas uma taxa de feminização muito elevada. Enquanto empregadoras, as mulheres eram maioritárias nas atividades associadas a Serviços Domésticos, Educação e Saúde e Apoio Social.

O fato de se ser mulher em Portugal, constitui tendencialmente um maior efeito de empobrecimento e exclusão social, devido à posição de desvantagem da mulher no mercado de trabalho, na vida social em geral e na família: auferem, em média, salários mais baixos; ocupam posições hierárquicas inferiores; são mais afetadas pelo desemprego; e beneficiam de níveis mais baixos de proteção social, devido a uma participação mais irregular e precária na atividade

económica. Para além disso, podemos considerar as assimetrias de poder na relação conjugal que traduzem, em muitos casos, um fraco ou nulo controlo sobre os rendimentos do casal, comprometendo a independência social e económica da mulher. Nesse sentido, as mulheres que coabitam como casal, sem rendimento individual, constituem um grupo particularmente vulnerável à pobreza persistente, a qual é potencialmente intergeracional.

O Índice Europeu da Igualdade de Género (2012) concluiu que Portugal estava em terceiro como país mais desigual da União Europeia, apenas atrás da Roménia e Eslováquia, sendo este o pior resultado de sempre. O Índice analisou fatores como trabalho, dinheiro, conhecimento, tempo, poder e saúde – no que diz respeito ao tempo, foi descrito que 77% das europeias empregadas dedicavam pelo menos uma hora do seu dia a cuidados com a casa e com a família, enquanto apenas 24% dos homens empregados utilizava o tempo desta maneira.

Para combater as desigualdades, o EIGE (Instituto Europeu para a Igualdade de Género) desenvolveu o conceito de *Mainstreaming* de Género, uma estratégia abraçada pela União Europeia com vista à promoção da igualdade entre homens e mulheres, combatendo a discriminação e monitorando e avaliando políticas, de forma a que as desigualdades não sejam perpetuadas e sejam asseguradas todas as necessidades dos cidadãos. Assim, a nível europeu, as instituições da UE são responsáveis por implementar a integração do género, enquanto que a nível nacional, cabe aos governos dos Estados-Membros.

«O grande desafio do século XXI é sem dúvida a implantação da *mainstream* da política integrada da igualdade do género em todos os programas das ações correntes. Isto implica uma reorganização da sociedade em que mulheres e homens, com as suas características específicas de valor equivalente e complementar, vão contribuir para a melhoria da vida de todos. Só desta forma a sociedade poderá progredir. Só desta forma a democracia será plenamente vivida na realidade quotidiana.» (Dulce Rebelo, s.d.)

Além de objetivos concretos, a integração do género requer um plano de ação claro. Esse plano deverá ter em conta o contexto, satisfazer as condições necessárias, cobrir todas as dimensões relevantes, prever a utilização de métodos e ferramentas concretas, estabelecer as responsabilidades e certificar-se que existem as competências necessárias para alcançar os resultados esperados, dentro de um período previsto.

No caso da União Europeia, existem três instituições responsáveis por estes objetivos: a Unidade de Igualdade de Género, que se responsabiliza pelo planeamento, monitorização e coordenação das atividades de integração de género na Comissão Europeia; o Conselho da

União Europeia, onde os vários ministros dos Estados-Membros, responsáveis por estas questões, se reúnem no âmbito do EPSCO (Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores) e debatem temas relacionados com a igualdade de género e os direitos das mulheres; e o Parlamento Europeu, que desde 2003 se comprometeu a uma integração de género no seu trabalho e organização. Este último, na sua Resolução de 17 de Novembro de 2011, sobre a integração do género nos trabalhos do Parlamento Europeu, comprometeu-se a adotar e implementar um plano de ação para a integração do género, com o objetivo de promover a igualdade entre homens e mulheres através da incorporação da perspetiva de género em todas as atividades e políticas.

O EIGE permite-se a utilização de várias ferramentas para a integração de género, entre elas a formação neste âmbito, avaliação do impacto das leis enquanto agravantes da desigualdade, estatísticas de género, sensibilização, monitorização, entre outros. Conta também com alguns parceiros sociais, nomeadamente a Confederação Europeia de Sindicatos (CES), que possui o Comité das Mulheres, criado em 1975, onde reúne peritos que trabalham no domínio da igualdade de género de todas as filiais nacionais; a Business Europe, a Associação Europeia do Artesanato e das Pequenas e Médias Empresas (UEAPME) e o Centro Europeu de Empregadores e Empresas, fortemente empenhados em melhorar a igualdade de género no mercado de trabalho e local de trabalho; e o Lobby Europeu das Mulheres (LEM), a maior organização de associações de mulheres na EU, que trabalha para promover os direitos e a igualdade entre mulheres e homens, sendo das mais antigas e mais bem-estabelecidas organizações para o efeito, a nível europeu.

Em Portugal, a igualdade de género em todos os níveis da Administração Pública é um compromisso político, uma estratégia para alcançar a igualdade de género e é considerado um requisito para a boa governação, pelo Governo Português.

O mecanismo governamental para promover a igualdade de género é a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), criado pelo Decreto Regulamentar em 2012, no âmbito do Gabinete da Presidência do Conselho de Ministros. O primeiro plano emitido pela Comissão consistia em integrar o princípio da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens em todas as políticas económicas, sociais e culturais. Desde então, vários Planos Nacionais para a Igualdade foram emitidos, assumindo a integração do género como princípio orientador. O mais recente é o V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-discriminação 2014-2017, que afirma os seguintes objetivos:

- Conceber, implementar e monitorizar políticas públicas, integrando a dimensão da igualdade de género;
- Promover e difundir a investigação científica realizada nesta área;
- Estruturar o planeamento e a formulação das políticas públicas e avaliar o seu impacto na perspetiva da igualdade de género;
- Reduzir as assimetrias de género em todas as áreas sectoriais através do aumento da eficácia e da eficiência das políticas públicas;
- Contribuir para a compreensão da exclusão social e da desigualdade de género enquanto fenómenos intercomunicantes;
- Sensibilizar os diferentes profissionais que trabalham no domínio da inclusão social e junto de populações vulneráveis, para a integração da dimensão de género nas suas práticas;
- Promover competências de base necessárias à construção e desenvolvimento de projetos de vida inclusivos, junto de grupos específicos de mulheres em situação de maior vulnerabilidade, designadamente mulheres rurais, mulheres imigrantes e mulheres idosas;
- Contribuir para a prevenção dos múltiplos fatores que estão na origem da condição de maior vulnerabilidade da população idosa em vários domínios;
- Integrar a dimensão da igualdade de género nas políticas do ambiente, ordenamento do território e energia.

A situação das mulheres não é uma natureza adquirida, podendo mudar relativamente às capacidades de relação culturalmente atribuídas a homens e mulheres. Rebelo (s.d.) fala de uma sociedade organizada de acordo com os interesses, as necessidades e os valores masculinos, avaliados à partida como melhores do que os associados às mulheres. Deste modo, é necessário deixar de confundir o biológico com o social e construir medidas que abalem estas crenças, entendendo que a mudança de comportamentos e atitudes depende da educação e da promoção de igualdade de oportunidades para ambos os géneros.

Capítulo II

O Gênero nas Redações

2.1.) O Género e a Produção Informativa

«Os meios de comunicação social desempenham um papel fundamental na divulgação e consolidação do desporto praticado pelas mulheres. Em conjunto têm contribuído para desmistificar muitos mitos criados em torno das mulheres e têm ajudado a transformar, ainda que lentamente, as relações entre os sexos e a modificar o desequilíbrio de poder subjacente. Apesar de tudo, as atletas continuam a ser, ainda hoje, tratadas de uma forma estereotipada.» (Comité Olímpico de Portugal, 2015, p.20)

De acordo com Silveirinha e Simões (2016), o jornalismo mudou e o lugar das mulheres no trabalho também. Para estas autoras, no entanto, estas duas mudanças nem sempre correram no mesmo sentido. O jornalismo sofreu grandes transformações derivadas, em grande parte, do facto de os anunciantes desviarem os seus investimentos em publicidade, para os media digitais, o que significou, para as publicações impressas, uma forte perda de receitas que advinha destes investimentos tradicionais.

Uma das causas para esta nova preferência das empresas na alocação dos seus recursos em publicidade foi o facto de os jornais terem perdido muitos dos seus públicos, que pareciam agora deslocar-se para a informação disponível *online*; para se manterem competitivas, muitas organizações noticiosas passaram a dar conteúdos em contínuo, associados ou não às suas edições impressas. As autoras fazem também notar que, além disso, um dos resultados mais relevantes da introdução das novas tecnologias no jornalismo, em termos de profissionais envolvidos, é que tal implicou a redução de custos em diversas áreas, incluindo na contratação de profissionais.

No seu conjunto, portanto, esta “revolução digital no jornalismo” provocou profundas mutações, não apenas na forma como as notícias são produzidas e consumidas, como também na própria identidade do jornalismo.

Simultaneamente, outra “revolução” social se ia instalando: progressivamente, as mulheres portuguesas também foram alterando os seus níveis gerais de educação e o seu acesso às profissões, incluindo, de forma notória, ao jornalismo. Mas, quando cruzada com outros fatores, esta “revolução” de género não foi completa e tem até, segundo Silveirinha e Simões (2016), bastantes contradições, como se vê pelo facto de o acesso hierárquico das mulheres no jornalismo continuar a ser difícil e pelo facto de serem elas quem são especialmente penalizadas pelas últimas transformações do jornalismo, perpetuando as desigualdades de género na

profissão e na sua representação. As desigualdades de género fazem-se também sentir ao nível dos conteúdos, o que tem implicações sociais.

Para Souza (2016, p.41), o jornalismo é uma parte indissociável do processo de construção de significados, ao (re)produzir novas propostas de comportamento social, parcialmente determinadas por considerações editoriais e socioeconómicas. Nas suas palavras, «Esta visão essencialmente comercial dos media coaduna-se com o que Tuchman denominou de “aniquilação simbólica” das mulheres, em que sobressaem a perpetuação de uma ordem (patriarcal) por meio de modelos de subjetividades e de mecanismos de (sub)representação, sobretudo quando nos referimos a um nicho muito específico do mercado, o dito “feminino”».

Também Coelho e Mota-Ribeiro (2005) corroboram esta ideia, defendendo que as assimetrias de poder entre homens e mulheres, enquanto grupos sociais, resultam e manifestam-se, entre outros aspetos, num acesso (ativo e passivo) privilegiado à imprensa, algo já trabalhado em vários estudos.

À semelhança do se verifica relativamente a outro tipo de desigualdades, a imprensa não faz a diferença no domínio do género, continuando a integrar, tanto em termos hierárquicos, como em termos ideológicos, o leque de instituições dominantes marcadas por um androcentrismo tácito, exercendo a sua influência específica.

Explicam as autoras que é necessário ter em conta que os meios de comunicação constituem um dos discursos públicos mais influentes, não só pela sua credibilidade, como pela sua vasta difusão. Portanto, é importante falar da desigualdade de género que se manifesta e é constituída em muitas propriedades do texto jornalístico (participantes, tempo e espaço, audiências, atos de fala permitidos, agendas, tópicos, estilo, etc.), assim como se deve ter em conta que a exclusão e secundarização de vozes femininas propiciam a reprodução de atitudes e de ideologias que legitimam a dominação masculina.

Esta lógica inscrita nas notícias, explica Souza (2016, p.140), irá traduzir-se em valores socialmente construídos, que operam segundo estratégias comerciais e interesses dos seus leitores, transmitidos através de ideologias e símbolos. Assim, é possível considerar e reafirmar que os media não são um reflexo da realidade, mas sim «propostas de leitura da realidade».

Isso mesmo é visível num domínio social específico como o do Desporto. Para o Comité Olímpico de Portugal (2015), sempre que as mulheres não cumprem os seus papéis sociais, são fortemente castigadas, consideradas masculinas, viris ou até assexuadas. Tal como noutras

áreas, as mulheres são ridicularizadas ao demonstrarem querer entrar em desportos culturalmente “destinados” ao sexo masculino.

A própria linguagem utilizada para falar de desporto traduz esta desigualdade e para analisarmos essa questão podemos recorrer a uma análise da linguagem como a “linguística sistémica²”, de Michael Halliday, especialmente desenvolvida pelas feministas. Para Halliday, a linguagem verbal é um sistema semiótico entre uma diversidade de outros sistemas semióticos que constituem os vários recursos disponíveis na comunicação. O termo “linguagem” abarca não só a aceção da linguagem humana, mas as várias linguagens naturais e convencionais existentes como recursos comunicativos. Assim, os discursos mantêm uma relação dialética com o real social, na medida em que são socialmente constitutivos – formam e delimitam identidades, relações e sistemas de conhecimento.

Esta visão da linguagem como poderoso instrumento de manutenção da desigualdade é especialmente adequada para vermos como essa desigualdade é mantida na forma como, frequentemente, os media falam das mulheres atletas. Com efeito, sempre que, nos media, se recorre a designações gramaticalmente erradas - como a utilização de substantivos masculinos mudando-lhes apenas o artigo para se referir às mulheres (a capitão) – ou mais subtilmente, quando se faz a junção do “feminino” ao substantivo masculino (árbitro feminino) ou ainda, como é muito comum, recorrendo ao uso do género gramatical masculino genérico para falar de mulheres e homens (os atletas), a mensagem vinculada é a de que elas não têm atividade, não “existem” ou, se existem, são assimiladas a uma realidade que é, por norma, masculina. Na verdade, podemos omitir uma realidade não falando nela. É isso que ocorre sempre que empregamos termos no masculino e omitimos o termo feminino.

Outra forma de percebermos as desigualdades de género que ocorrem ao nível da linguagem é analisarmos como é também frequente, nos meios de comunicação social, verem-se destacadas as qualidades “estéticas” das atletas - o que por norma não acontece com os seus colegas atletas do sexo masculino - e que têm subjacente a ideia de que elas são objeto a disfrutar mais do que pessoas/agentes desportivos. Também se verifica na utilização de expressões condescendentes, cujo efeito cognitivo é o de que se permite às mulheres estar no desporto por pura generosidade.

² A gramática sistémico-funcional é um modelo de descrição e análise linguística desenvolvido desde a década de 50, por Halliday. É “sistémica” porque vê a gramática como um sistema de escolhas potenciais não-arbitrariamente motivadas e é “funcional” porque procura explicar as implicações comunicativas de uma seleção dentro de um desses sistemas.

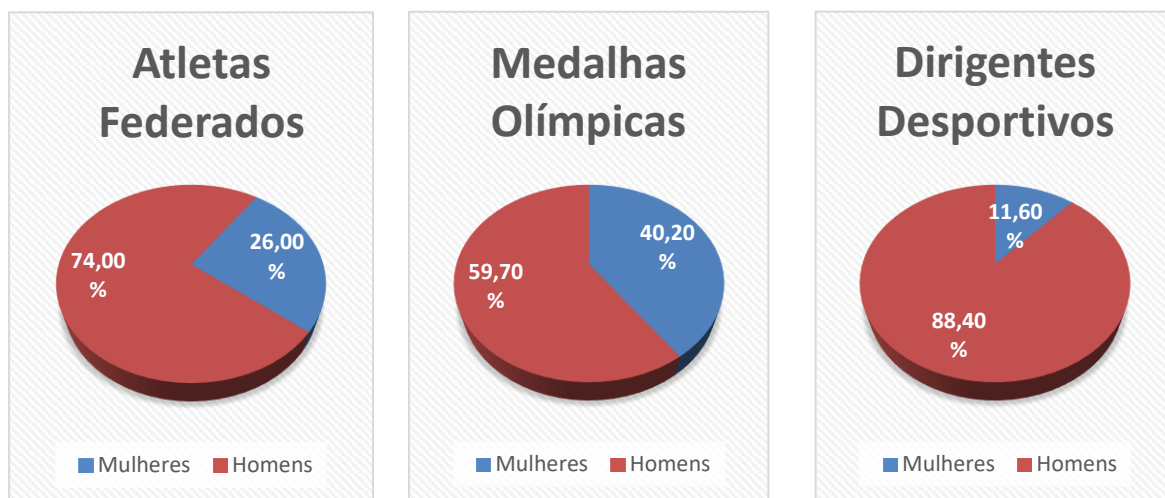
Mas a desigualdade na forma de tratamento mediático de mulheres e homens atletas está também, desde logo, presente na mais óbvia dimensão dos números da representação. Com efeito, segundo dados do Comité Olímpico relativamente a 2014, a participação feminina no desporto ao nível federado era de 141 725 mulheres, contra 404 623 homens, o que representa, nesse ano, apenas 26%, sendo que em termos de participação em treino desportivo representam 13,6% dos atletas. Quanto a medalhas ganhas, em 2014, as mulheres representavam 40,2% nas modalidades olímpicas e 32,1% nas modalidades não olímpicas. Ao subirmos na hierarquia e analisando os/as dirigentes desportivos/as, as assimetrias de género tornam-se mais evidentes, com apenas 11,6% de mulheres em cargos superiores (Gráfico A).

Apesar deste número de mulheres que pratica desporto ser muito significativo, é um fato que a cobertura que lhes é efetuada não é proporcional à sua importância. Os homens continuam a ter um maior destaque, recebendo constantemente mais atenção que as mulheres. Para aparecer nas páginas dos jornais e revistas as mulheres têm, no mínimo, de vencer, ainda que mesmo assim não sejam retratadas com tamanho interesse, como os homens.

Haverá, certamente, várias razões culturais e estruturais para esta diferença. Mas não deixa de ser notório que a discriminação pode dever-se, pelo menos em parte, ao fato da maioria dos jornalistas serem homens estando, por isso, sujeitos à forma como foram educados e a todas as pressões sociais e culturais. Isto pode interferir, de forma mais ou menos favorável, na cobertura que é feita pelos jornalistas às atletas e às modalidades no feminino.

Gráfico A

Dados Estatísticos da Presença das Mulheres no Desporto 2014



Fonte: Comité Olímpico de Portugal

Última Atualização: 2014

O Comité refere ainda que a perspetiva económica é um fator de discriminação, uma vez que os conteúdos jornalísticos têm como objetivo o maior número de vendas e, conseqüentemente, melhores resultados financeiros, assentes em assuntos relevantes para o leitor. Se a maioria prefere artigos sobre desporto praticado por homens, é sobre eles que os artigos irão falar, algo que não mudará enquanto o desporto for visto como uma atividade essencialmente masculina.

Assim sendo, é necessária uma mudança na perceção sobre o que é ou o que deverá ser o desporto, bem como algumas alterações no processo de elaboração das notícias, para que os meios de comunicação social comecem a dar mais destaque ao desporto praticado por mulheres. Para que tal aconteça é necessário apostar numa educação que vise a igualdade de género e a rutura com estereótipos de género. Esta necessidade de educação faz-nos lembrar uma velha afirmação do escritor Oscar Wilde que dizia que “O jornalismo moderno tem uma coisa a seu favor. Ao oferecer-nos a opinião dos deseducados, ele mantém-nos em dia com a ignorância da comunidade”.

Mais contemporaneamente, Souza (2016) explica que o discurso é construído intencionalmente na praxis jornalística quotidiana e que as suas palavras são escolhidas de

acordo com os propósitos do tema e do conhecimento de quem lê. Assim, a disseminação deste tipo de conteúdo exclui as mulheres do espaço público, na tomada de decisões. Essa assimetria, ainda que pouco notória, não permite um processo de diversidade, em termos de representações de género no campo mediático, e portanto, invisibiliza a presença das mulheres no discurso público, ao mesmo tempo que estabelece representações sociais irreais, relativamente ao género feminino.

Para Correia (2011), a importância de determinados assuntos, em detrimento de outros, varia consoante as culturas, as comunidades, os grupos e os indivíduos, pelo que a identificação dos problemas e dos interesses e, conseqüentemente, a relevância dos assuntos, também é, ela própria, variável. Assim, cada sociedade e cada comunidade tem conceitos distintos de acontecimento e, portanto, o conteúdo dos meios de comunicação refletirá isso mesmo.

Para o autor, uma das questões fundamentais é a de saber como é que os grupos mais poderosos controlam o discurso público. Se o contexto é entendido como sendo a estrutura mentalmente representada das estruturas da situação social, que se reflete naquilo que é escrito, controlar o contexto implica controlar categorias como tempo e o lugar do evento comunicativo e distribuir os papéis e quais os participantes. Trata-se algo que os media fazem, ao decidir quando publicar e sobre quem incidir o protagonismo mediático.

Ora, todas estas questões têm não só uma dimensão discursiva, como uma forte componente profissional, como passamos, de seguida, a rever.

2.2.) As Mulheres na Profissão do Jornalismo

«A corrente de pensamento estruturalista concebeu-a como o espaço simbólico onde colocamos essa experiência no discurso, dando um uso efetivo à linguagem (...). Para a investigação dos mecanismos coletivos de produção de notícias esse lugar é, por excelência, a redação. É lá que os jornalistas, após observarem o real – ou as «imagens» que dele lhes chegam –, o depuram com os filtros próprios da profissão e constroem discursivamente os fragmentos escolhidos através das narrativas.» (Simões, 2007, p.87)

O jornalismo em Portugal sofreu desde cedo as dificuldades da falta de formação e ensino da área, e muitos eram os que ingressavam na profissão sem ter qualificação para isso, acabando por obter experiência após a prática da mesma. Renato Mendes (2012) refere a chamada “tarimba”, que se acreditava ser a fonte de formação do jornalismo, através da prática constante

nas redações dos jornais, e não através de formação específica e estruturada. A antiga figura do tarimbeiro remete para esses mesmos jornalistas, que surgem durante a ditadura com acesso restrito ou quase inexistente a formação profissional ou ensino jornalístico. De fato, em 1970, e em contraste com países como EUA ou Espanha, Portugal era dos raros países onde não existia uma Escola de Jornalismo, sendo que apenas 1% dos jornalistas teriam diploma universitário.

Foram feitas duas tentativas no sentido de implementar um curso de formação jornalística, apesar do atraso de quase cinco décadas, relativamente a outros países mais avançados. Na sua explicação, Sobreira (2010) refere que, a 8 de Fevereiro de 1941, o presidente da Comissão Administrativa do Sindicato Nacional dos Jornalistas entregava no Departamento de Estado da Educação Nacional o texto do projeto do *Curso de Formação Jornalística*, com o objetivo de valorizar profissionalmente os jornalistas e elevar o seu nível cultural de acordo com a missão e a importância que desempenham na vida portuguesa, sendo que até à data bastava vocação e autoaprendizagem para o acesso à profissão.

Constituído por disciplinas teóricas, conferências livres e exercícios práticos, o curso era finalizado em apenas dois anos e programava visitas às redações e gráficas mais importantes, podendo aceder a este qualquer português com o 5º ano de escolaridade ou mínimo de um ano de experiência jornalística. Apesar dos esforços, o curso não chegou a ser realizado por falta de recursos.

Numa segunda tentativa, esta com sucesso, foi criado em 1968 o *I Curso de Jornalismo* organizado pelo Sindicato Nacional dos Jornalistas, com apoio do Estado. Ao todo, 385 pessoas se inscreveram e frequentaram esta formação, 207 através de correspondência devido à grande procura. Três anos mais tarde, é criada a Escola Superior de Meios de Comunicação Social que, apesar dos esforços, acaba por encerrar na década de 80.

De acordo com Sousa *et al.* (2010), até ao fim do séc. XIX, os jornalistas portugueses digladiavam entre si nos muitos jornais de partido, fundados de acordo com as suas ambições políticas, não mostrando qualquer sentimento de classe jornalística.

O trabalho de repórter era considerado como de um jornalista de segunda categoria e os informadores uma espécie de “ralé”. Com a criação de um *Sindicato Nacional de Jornalistas* em 1934, a maior entidade que representava, na época, os jornalistas portugueses, e com a profissionalização desta área, o jornalismo passou a ser uma profissão autónoma e regulamentada.

E qual o lugar das mulheres nesta profissão? Diz-nos Ventura (2009, p.22):

«Algumas [mulheres] tiveram o primeiro contato com a imprensa através da poesia: enviavam poemas aos responsáveis pelos suplementos juvenis, onde os/as jovens tinham oportunidade de ver as suas palavras publicadas (...) acabando por beneficiar as mulheres, dado que algumas viram o caminho até à redação menos dificultado. As primeiras, Maria Antónia Palla, Diana Andringa e Maria Teresa Horta usaram o jornalismo como forma de denunciar a desigualdade em que viviam as mulheres portuguesas, maioritariamente em termos laborais e familiares.»

As mulheres começavam a chegar às redações, antes dominadas por homens. «“A Dr.^a não tem um filho? Porque é que não escolhe outra profissão?”», era o típico comentário a que as mulheres eram sujeitas nas redações, por parte de alguns colegas que apelavam à masculinização da profissão, relata Ventura (2009, p.22). À semelhança do que acontecia nas escolas do Estado Novo, as mulheres estavam separadas fisicamente dos seus colegas homens no próprio local de trabalho, com a comum justificação de que necessitavam de ser protegidas da sua linguagem agressiva, não permitindo uma comum convivência entre os pares e afastando-as, ainda que inconscientemente, da sua posição dentro do jornal.

«À semelhança de vários outros campos da história, longos períodos da história da imprensa em Portugal são monopólio masculino. Os primeiros nomes que surgem são de homens, quer falemos de jornalistas, quer de empresários. (...) Tudo se diz no masculino.», explica a autora (2009, p.23), mas tal como noutras profissões, «o jornalismo surge a partir dos anos 80 como uma lufada de ar fresco, tanto pela feminização como pelos cada vez mais jovens profissionais». Graça (2007) relembra 1990 como uma época de renovação de profissionais do jornalismo, mais novos e mais formados, ainda que submetidos a fortes indícios de subemprego, semiprofissionalização e precarização laboral, fazendo a já antiga distinção entre jornalistas consagrados e credenciados.

Hoje, as disparidades entre homens e mulheres subsistem – ganha-se menos e não se alcançam lugares de chefia com tanta facilidade no feminino, tal como acontece com os profissionais mais jovens. Num inquérito feito entre 2006 e 2012 a jovens jornalistas portuguesas (Rebelo, 2014) sobre níveis de pressão, idade, género e escolaridade, as mulheres declararam sofrer ligeiramente mais pressão (38,0%) do que os homens (33,0%), valores que facilmente se podem relacionar com formas diferenciadas de tratamento de género, a nível profissional. Quando falamos de cedência a essa mesma pressão, as mulheres afirmam ceder

mais que os homens, com os valores de 72,1% e 67,3% respectivamente, sendo que a maioria dessas mulheres afirma já ter ponderado desistir da profissão.

Numa publicação do Jornal Europeu de Comunicação (Hanitzsch e Hanusch, 2012), é feito outro estudo, relativo à questão de gênero, que recusa uma perspectiva feminina das notícias e refere que homens e mulheres jornalistas tendem a uma perspectiva similar, muito devido à ideologia dominante do seu país, que é apropriada por ambos. A questão é que, muitas vezes, a ideologia que predomina é a masculina, e as mulheres acabam por se sentir pressionadas a trabalhar segundo tais ideais tendo, inclusivamente, a noção de que muitos dos seus colegas são sexistas. Para uma maior feminização do jornalismo, os autores referem que a solução não está no aumento do número de mulheres na profissão, mas no desenvolvimento de um papel mais ativo e influente na sociedade:

«A categoria feminina, conotada com uma especificidade própria do seu modo de ser social que a confina a estritos limites sociais que lhe são constantemente impostos, leva a que, quando ultrapassa determinadas fronteiras normativas definidas para o seu comportamento, se torne particularmente visível aos olhos dos observadores homens e mulheres que tendem a masculinizá-la. Esta situação dificulta o seu comportamento, que se espera que responda, simultaneamente, às exigências do contexto onde estão inseridas e às expectativas que os outros associam à sua categoria de pertença, introduzindo conflitos profundos no modo de ser mulher.» (Subtil, 2003, p.11).

Há, ainda, outros aspetos na desigualdade que a investigação internacional tem apontado, como é o caso da maior sexualização das mulheres jornalistas. Joke Hermes (2014) relata um episódio da vida profissional de uma pivô da televisão americana, Greta Van Susteren, que em 2002 deixou o canal CNN para trabalhar na Fox. A questão é que a mudança não se fez somente entre locais de trabalho, mas também na estética da jornalista – mudou o corte de cabelo, submeteu-se a uma cirurgia plástica para ganhar um ar mais jovem e, assim que o seu programa *On the Record* iniciou, esta encontrava-se em estúdio e sentada atrás de uma mesa alta, para que se pudessem ver as suas pernas e a sua saia curta. Antes destas mudanças, a jornalista era vista como um êxito entre as mulheres, considerando que esta tinha alcançado tal nível profissional através da sua inteligência, no entanto, os analistas chegaram à conclusão que a aparência física de uma mulher é muito mais relevante para a sociedade do que aquilo que ela tem a dizer.

O que muitos especialistas dos *media* chamam de “pornografização”, é que determina se uma mulher poderá ter sucesso ou não, uma vez que os meios de comunicação insistem cada vez mais no aspeto físico das profissionais para obter audiência.

Nestas condições de desigualdade, podemos interrogarmo-nos por que razão tantas mulheres continuam a querer ser, ou não, jornalistas. Ainda que não caiba, no nosso relatório, uma reflexão aprofundada sobre isso, recordamos que, para além da influência dos meios de comunicação, a opinião familiar pode ser influenciadora da decisão da mulher ao ingressar nesta profissão, que «pode não estar relacionada com algum preconceito contra a classe, mas com uma consciência de que essa escolha pode trazer punições simbólicas (e/ou reais) às mulheres que a exerçam» (Ventura, 2014, p.13), nomeadamente em relação à maternidade ou à conjugalidade. Segundo a autora, o cenário da comunicação social portuguesa alterou-se numericamente de há uns anos para cá, com o sindicato a registar um maior número de mulheres inscritas do que homens, mas isso não impediu a segregação social.

Se recuarmos até ao século XIX, a participação das mulheres nos jornais é curiosamente diversa, explica Silveirinha (2012). De entre os periódicos femininos, a maioria era dirigida por homens que encontravam nas mulheres algum público letrado e burguês, e lhes atribuíam assuntos que consideravam do seu interesse. Ainda assim, foi necessário esperar pela segunda metade do século para que jornais fossem dirigidos por mulheres e reproduzida a imprensa feminina. De acordo com a autora, as mulheres conseguiram maior participação no jornalismo, muito devido à progressiva integração de “páginas femininas” nos jornais, algo que já acontecia na América, onde as revistas femininas surtiram grande sucesso e forte circulação.

Referindo-se ao contexto anglo-americano, a autora recorda que, no início do século XX, as principais revistas dirigidas a mulheres, como *The Ladies Home Journal* ou *Good Housekeeping*, permitiam a sua integração profissional na área, mas concentravam-se nos típicos assuntos relacionados com o universo feminino da época – bem-estar das crianças, padrões de saúde pública, educação, condições habitacionais ou trabalho infantil. Entre 1920 e 1930, já não se mantinha a opinião de que as mulheres deveriam fazer um tipo de jornalismo específico, apesar da política ser, na altura, um assunto pouco trabalhado pelas jornalistas.

Hoje, como recordam outras autoras nacionais:

«Os estudos feministas evidenciam que o aumento da presença feminina não tem tido a correspondência esperada na redistribuição do poder nas redações, nem numa alocação mais diferenciada do tipo de temas atribuídos a uns e a outros, sendo as mulheres apenas maioria no tratamento de temas considerados marginais e

desvalorizados na hierarquia dos valores notícia e, como sujeitas da comunicação, continuando a ser vistas como fontes menos credíveis do que as masculinas. Neste sentido, a sua discriminação é dupla.» (Pinto-Coelho e Mota-Ribeiro, s.d., p.1942)

Mantem-se, portanto, a questão da diferenciação de assuntos e da falta de fontes femininas nas notícias. Segundo Coelho e Ribeiro (2005), as assimetrias de poder entre géneros também resultam e se manifestam através de um acesso (ativo e passivo) privilegiado à imprensa mas, à semelhança de outro tipo de desigualdades, a imprensa continua a fazer subsistir instituições dominantes marcadas pelo androcentrismo, que exerce a sua influência sobre o resto. Sendo que falamos de um dos discursos públicos mais influentes pelo nível de credibilidade e difusão, o papel da mulher torna-se socialmente muito reduzido.

No texto de Coelho e Ribeiro (2005) encontramos um estudo sobre o acesso à produção de três jornais portugueses – Público, Jornal de Notícias e Diário de Notícias – onde as autoras consideram existir uma forma de discriminação sexista mais evidente. Neste estudo, é constatado o aumento da presença feminina nestes três jornais, dados que mudam consoante a localização geográfica das redações: as mulheres tinham uma presença maior nas redações de Lisboa, valores que podem ser explicados pelo rejuvenescimento dos quadros ou pela maior qualificação desta profissão, como falámos anteriormente. Nenhuma das direções editoriais integrava a presença feminina, mantendo-se portanto a situação de exclusão que se verificava no passado. No caso do Público, os cargos de diretores adjuntos pertenciam a mulheres e a percentagem feminina na redação de Lisboa chegava aos 33,3%. Nos concelhos de redação, o DN detinha maior peso percentual, com 60% de participação feminina, para 40% no Jornal de Notícias.

Quanto a editores, as mulheres representavam 28,5% no DN, todas em Lisboa, e na redação do JN no Porto, sede principal, em 11 editores nenhum era mulher. Concluem assim os autores que o Público seria, nessa altura, o diário que apresentava uma estrutura mais “rigidificada” nas elites, sendo 30,4% a percentagem de distância entre o peso que as mulheres ocupavam no total de profissionais e o peso que representavam na elite. Os dados demonstram como o crescimento numérico e a progressiva qualificação dos jornalistas não têm bastado para contrariar a exclusão das mulheres de cargos superiores.

O aumento do número de mulheres jornalistas, diz Isabel Ventura (2014), surge a braços com uma transformação da comunicação social em Portugal, assente no lucro e na publicidade, o que obrigou a uma gestão mais profissional, e a um aumento da contratação de mulheres

como redatoras de notícias e, em particular, como repórteres e entrevistadoras. A autora remete para María Antonia García de León para se referir ao conceito de “elites discriminadas”, relativamente às mulheres que ocupam cada vez mais posições de relevo, naquilo a que chama regiões de campo de poder – domínio da produção e circulação de bens simbólicos – nas quais o género feminino está inquestionavelmente limitado.

Como já referimos, nas últimas décadas existiram grandes transformações na prática do jornalismo, incluindo a introdução do jornalismo *online* e das redes sociais. O mundo das novas tecnologias, informática e programação é tendencialmente encarado como pertencente à esfera dos interesses masculinos, como expõe Delgado (2014). Ainda assim, a utilização da internet faz-se de uma forma muito igualitária, diz a autora, uma vez que a internet não é sexista – é apenas um instrumento que reproduz dinâmicas pré-existentes na sociedade, apesar das mulheres estarem em maior número nas redes sociais.

A necessidade de imediatismo nas notícias, fomentada pela internet e pelas redes sociais, criaram o webjornalismo: um tipo de jornalismo feito *online* em que as notícias requerem instantaneidade, multimediação, interatividade, hipertextualização, entre outros, características diferentes às necessárias no jornalismo tradicional e às quais os jornalistas tiveram de se adaptar.

Num estudo de género dentro das publicações *online*, por João Manuel Canavilhas (2005), concluiu que as mulheres, enquanto profissionais, estavam em maioria no universo do jornalismo na web – 54,9% contra 45,1% dos homens. A proporção homens/mulheres não era uniforme em todos os escalões etários – a diferença é particularmente desequilibrada nos grupos dos “menores de 25 anos” e dos “36/45”. No caso dos jornalistas em início de carreira, as mulheres representam 84,6%, sendo que os poucos homens pertencentes a este grupo dizem que o trabalho neste meio foi um recurso. Na faixa etária entre os 36/45 regista-se precisamente o caso contrário, com 85,7% dos jornalistas a pertencerem ao sexo masculino. Aqui, 98,1% afirmam que o trabalho no *online* foi uma opção.

A este propósito refere ainda Carla Cerqueira (2014, p.30):

«Na nossa ótica, conscientes dos constrangimentos organizacionais e das escolhas que inevitavelmente têm de ser feitas, as/os profissionais e instâncias jornalísticas não devem ser dissociadas da responsabilidade social “sem a qual o jornalismo (...) perderá definitivamente a sua dimensão cívica, o seu alcance ético, o seu sentido humanista, ficando reduzido a mais um pequeno afluente da poderosa corrente, em clara fase de enchimento, do negócio da comunicação” (...). É crucial que as/os profissionais procurem “transmitir ao público uma visão mais

rica e mais completa do Mundo” (...), pois só desta forma poderão informar corretamente o(s) público(s), sem perspetivar desigualdades entre as/os atoras/es sociais»

Carla Cerqueira (2014) recorda-nos que é importante reconhecer que existem diversos condicionalismos que afetam a atividade dos/as profissionais no exercício diário da informação jornalística. É também necessário ter noção da hierarquia que é estabelecida dentro das redações, que pode condicionar a representação de perspetivas e assuntos.

Olhamos, agora, para o caso específico do jornalismo desportivo.

2.3.) Género e Jornalismo Desportivo

2.3.1.) Imprensa Desportiva Portuguesa

« Na *História de 50 anos do Desporto Português*, até 1873 tinham-se publicado em Portugal 1.4073 jornais, mas nenhum de cariz desportivo, deduzindo-se que o aparecimento deste género de periódicos é posterior a essa data.» (Francisco Pinheiro, 2009, p.12)

A imprensa desportiva, tanto em Portugal como noutros países sempre se entendeu como um parente pobre do jornalismo, na medida em que se tratava de um assunto corriqueiro no quotidiano das pessoas, de modo que qualquer um estava apto para falar acerca do assunto. Segundo Afonso Aguiar (2015, p.14) a imprensa desportiva, desenvolvida a partir de meados do século XIX na Europa, foi tendencialmente especializada em desportos como a caça, a velocidade e a ginástica, sendo que só em 1852 surge em Londres o primeiro diário desportivo, o *Sportman*, seguido do parisiense *Le Sportman*, em 1854 e nos anos 60 o *Le Moniteur de la Gymnastique*, *Le Vélocipède* e *Le Vélocipède Illustré*.

Em Portugal, o primeiro periódico desportivo foi o *Jornal dos Caçadores* em 1875, ligado à caça, que então era vista como um desporto e, no ano seguinte, surge o *Toureiro*, especializado em tauromaquia. Explica Francisco Pinheiro (2009, p.67) que a «terminologia desportiva utilizada era essencialmente portuguesa, embora nos textos dedicados às modalidades mais recentes, como era o caso do futebol (introduzido em Portugal em 1888), continuassem a prevalecer os termos ingleses.» A palavra desporto ainda não aparecia, utilizando-se o termo inglês *sport*. Apesar da importância deste jornal na construção de uma imprensa periódica

desportiva generalista em Portugal, foram necessários três anos para que surgisse outro jornal do género.

A 12 de Fevereiro de 1897, publicou-se em Lisboa o semanário *O Sport*, dirigido por Vieira D'Almeida e pelo jornalista Artur dos Santos a redator-principal, com um custo de 20 réis, (metade do valor a que vendiam os jornais concorrentes) acaba por desaparecer, devido à falta de publicidade para se financiar.

Numa terceira tentativa de implementar um jornal desportivo generalista em Portugal, nasce em Lisboa a *Revista de Sport*, a 7 de Agosto de 1898, com abrangência a vários tipos de desporto.

Sobre o período em causa, refere Marta Fernandes (2011, p.24):

«A partir da segunda metade do século XIX o incremento de publicações desportivas foi tanto que os principais periódicos generalistas viram-se no dever de introduzirem nos seus conteúdos notícias desportivas. Para além que os jornais desportivos passaram a dedicar-se a várias modalidades e não apenas a uma. (...) A imprensa da época tentava cobrir vários eventos desportivos e em 1888 realizou-se em Cascais pela primeira vez um jogo de futebol, modalidade popular em Inglaterra.»

A duração das publicações generalistas era, então, curta, devido à falta de leitores e publicidade, apesar do desporto se ter transformado num dos principais fenómenos sociais da década de 1900, um processo que contou com a ajuda da imprensa, que difundia todos os eventos.

Apesar da escassez, o «nascimento de um periódico desportivo no seio de uma associação ou clube garantia à partida um grupo de assinantes que, embora fosse habitualmente pequeno, constituía o primeiro pilar de sustentação económica do jornal» (Francisco Pinheiro, 2009, p.80), sendo o primeiro jornal com estas características *O Tiro Civil*, órgão semanal da Associação dos Atiradores Civis Portugueses, lançado em Lisboa a 7 de Março de 1895 que, à semelhança da Europa, dava particular relevo aos desportos de índole militar. Em Dezembro de 1903, esta revista era a mais antiga, a mais barata e de maior circulação que se publicava em Portugal. Já no início do século XX, a revista *A Caça*, a par com *O Tiro Civil*, eram os periódicos desportivos portugueses de melhor qualidade a nível gráfico, com imagens provenientes do estrangeiro, que lhes valeram um prémio na Exposição Universal de 1900, organizada em Paris.

Nos finais do século XIX, o conceito de *sport* e a sua prática eram, para a sociedade, uma forma de cultura. Surge em 1897 *O Campeão*, jornal que mantinha o subtítulo *Revista Theatral*

e de Sport e que adotou o desporto às suas linhas editoriais. As notícias de desporto foram ganhando relevo e este periódico, ligado essencialmente à velocipédia, começou a dar voz a modalidades menos expressivas, como é o caso do *cricket*, do atletismo e dos desportos náuticos.

«Entre 1905 e 1910, Lisboa foi a única cidade do País onde surgiram novos periódicos desportivos generalistas, num total de nove publicações. Para além do *Jornal do Sport* e *Os Sports*, lançados em 1905, apareceram também o *Eco Sportivo* (1906), *A Vida Sportiva* (1908), *Gazeta de Sport* (1909), *Athleta18* (1909), *Sport Nacional* (1910), *Vida Sportiva* (1910) e *Os Sports Illustrados* (1910-1913). A maioria destes títulos (sete semanários e dois quinzenários) limitou-se a publicar alguns números, caracterizando-se, em geral, por uma linha editorial doutrinária em relação à promoção do desporto e da educação física (...)» Francisco Pinheiro (2009, p.109)

De acordo com Afonso Aguiar (2015), no início do século XX, o desporto era encarado (nas grandes metrópoles) como um passatempo ou lazer, em muito devido ao advento da República, a partir de 10 de janeiro de 1912, com a aplicação do decreto que determinou o domingo como dia de descanso semanal. O jornalista, enquanto conhecedor desportivo, tinha diversas funções: participava no ato desportivo, elaborava as notícias e patrocinava o seu jornal, adotando um papel de professor de temas desportivos e de repórter, devido à expansão do jornalismo desportivo e do aumento de notícias a escrever.

Entre os periódicos generalistas portugueses do início do século XX, o *Jornal da Noite*, diário do Partido Regenerador-Liberal, lançado em Lisboa a 27 de Abril de 1903, foi o jornal que mais deu relevo às notícias desportivas, como refere Francisco Pinheiro (2009). Neste período, existiam grandes diferenças salariais e de importância profissional, entre os jornalistas desportivos dos jornais generalistas e os dos periódicos desportivos, em muito graças a diferenças organizativas e empresariais, sendo que os segundos eram, geralmente, dirigentes e praticantes de alguma modalidade desportiva.

Pinheiro (2009) refere o futebol como um desporto em crescimento, numa altura em que se formavam clubes e provas oficiais, numa modalidade que despertava o interesse devido à simplicidade das regras e do baixo custo. Assim, nasceram os primeiros clubes com dimensão popular, como foram os casos, por exemplo, do *Sport Lisboa e Benfica* (1904), *Clube Internacional de Futebol* (1905) e *Sporting Clube de Portugal* (1906), em Lisboa; e do *Boavista*

Futebol Clube (1903), Futebol Clube do Porto (1906) e Leixões Sport Clube (1907), na região do Porto.

Na aviação, o interesse popular também se intensificou, na década de 20, com as façanhas aéreas de Gago Coutinho e Sacadura Cabral (que em 22 de Março de 1922 partiram de Lisboa para a primeira travessia aérea do Atlântico, em direção ao Rio de Janeiro), e de Sarmento Beires, Brito Pais e Manuel Gouveia (que em Abril de 1924 ingressaram numa viagem aérea entre Lisboa e Macau).

A partir da década de 20, Pinheiro (2009) destaca que o jornalismo desportivo em Portugal constituía já uma grande influência, principalmente após o início da imprensa desportiva no Ultramar, que começou em Angola e Moçambique. Entre 1924 e 1926, o lisboeta *Os Sports* e o portuense *Sporting* – o primeiro com o subtítulo de capa “O Jornal Sportivo de Maior Tiragem e de Maior Expansão em Portugal”, despontavam como peças fundamentais do jornalismo desportivo português. Surgiam, nessa época, vinte novas publicações desportivas lançadas num só ano sendo que, além dos 25 novos jornais (um deles diário, o primeiro em Portugal), mais 15 periódicos desportivos, de anos anteriores, estavam em atividade.

Com o fim da Primeira República e com o início de um regime ditatorial por António de Oliveira Salazar, a imprensa desportiva passou a ser controlada, à semelhança do que acontecia em todas as áreas do país. Aguiar (2015) relembra que, a partir de 1957 (durante o Estado Novo) o aparecimento de jornais desportivos no país diminuiu, devido a jornais como “A Bola”, (1945) “Record” (1949) e “Mundo Desportivo” (1945) que estavam, na altura, muito ligados ao enaltecimento da pátria e às ideologias do regime, que mantinha os jornais sob observação apertada.

A partir de 1960, os jornais começaram a dar mais importância ao lucro e não ao desporto. Tanto na rádio como na televisão eram transmitidos diversos jogos – nomeadamente os Campeonatos do Mundo de Futebol de 1966 e 1970, os Campeonatos Europeus de 1968 e 1972 e os Jogos Olímpicos de Munique de 1972, que permitiram maiores audiências e maiores ganhos.

Com a Revolução de Abril de 1974, os assuntos políticos passaram a dominar os jornais, que até então eram utilizados pelo regime fascista para a manipulação das massas. Apesar da dissolução da censura, muitos jornais – como é o caso de *A Bola* – tiveram de se reestruturar e mostrar desvinculados do Estado Novo, algo que se edificou também pela garantia de carteira profissional e estatuto de jornalista aos profissionais do desporto.

Conta Aguiar (2015) que em 1980, nos EUA, surgia o primeiro canal de televisão especializado em desporto – o ESPN, *Entertainment and Sport Programming Network* -, sendo que em Portugal essa especialização foi feita ao nível das modalidades, como o ciclismo, as artes marciais, o automobilismo ou o basquetebol, numa década em que surge também a atual terceira força desportiva portuguesa, o jornal *O Jogo* (1985). O “Novo Jornalismo” de que fala o autor, surge no século XX, com a transição para o jornalismo especializado que trouxe maior projeção de novas modalidades e mais periódicos especializados.

2.3.2.) Género e Jornalismo Desportivo

Joke Hermes (2014) afirma que os meios de comunicação ignoram o significativo papel das mulheres nas diferentes esferas da sociedade, em contraste com o homem, diminuindo a sua autoridade e competências. Primeiramente, e antes de falar em (des)igualdade de género, será importante definir as palavras género e sexo: O termo “sexo” refere-se às características biológicas e fisiológicas que definem os seres humanos como macho ou fêmea, que podem ou não ser mutuamente exclusivas. Já o termo “género”, refere-se a igualdade de direitos, responsabilidades e oportunidades de mulheres e homens. Igualdade não significa que as mulheres e os homens se tornarão os mesmos, mas que tais direitos, responsabilidades e oportunidades não vão ser diferentes consoante o sexo da pessoa.

Desta forma, e sendo que os *media* têm influência na formação de opinião do público, relativamente às perspetivas de género, como será o papel destes meios quando se referem às mulheres?

«Se por um lado, é indubitável um maior envolvimento das mulheres no desporto, facilmente constatável, por exemplo, através do número crescente de mulheres a assistirem a espetáculos desportivos, mormente o futebol, ou a participarem ativamente nas caminhadas e corridas associadas a determinadas causas sociais, por outro lado, os números do Eurobarómetro publicado em março 2014 e os que respeitam à participação no desporto federado (filiados nas federações desportivas nacionais) continuam a demonstrar fria e cruelmente que nos situamos na cauda da Europa com valores paupérrimos de participação das jovens e das mulheres nas atividades e funções desportivas.» Comité Olímpico de Portugal (2015, p.5)

De acordo com o Comité Olímpico de Portugal (2015, p.6), o desporto é um excelente meio de apreciação social e constitui um papel decisivo para a saúde, a autoestima e o

empoderamento das mulheres, assim como para a formação de jovens. Ainda assim, e apesar da sua importância, o desporto continua a ser uma área discriminatória para o género feminino, ainda que as mulheres sejam a maioria populacional e devessem ter, pelo menos, uma representação igualitária nas várias vertentes do desporto, relativamente aos homens.

O Comité afirma (2015, p.13), portanto, a atual e indiscutível presença da mulher no desporto, por força das mudanças culturais, sociais, económicas e científicas que ocorreram a partir dos anos 50 do século passado, com impacto também no desporto, onde as barreiras têm sido quebradas pelo género feminino. A aposta na formação, as pressões dos movimentos feministas, os avanços científicos e sociais e as novas formas de participar no desporto, aliadas a um estilo de vida saudável, permitiram às mulheres uma presença crescente no desporto, ainda que sujeitas a vários obstáculos. «Em Portugal, as mulheres estão sub-representadas em todas as dimensões da atividade desportiva (na prática desportiva, nas funções de liderança e poder, no reconhecimento público) e a igualdade entre homens e mulheres está longe de ser alcançada, em termos económicos e profissionais, de apoios técnicos, nos meios de comunicação social e nos reforços sociais.»

O Comité destaca dois estereótipos de género relacionados com a linguagem desportiva – o androcentrismo, que considera a perspetiva masculina como a única e possível (“o futebol é coisa de homens”) e o sexismo, ideologia que atribui papéis sociais, valores e capacidades em função do sexo, com valorização social de um sexo sobre o outro.

As profundas mudanças no país permitiram maior liberdade ao jornalismo, que encontrava agora novas formas de se manifestar. Surge o jornalismo especializado, que vem colmatar a necessidade de segmentação de interesses e nichos de mercado, não só através dos jornais mas na televisão e na rádio.

Pêgo (2015, p.27) refere os Dados da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista em Portugal, entre 2006 e 2009, que indicavam que em 2006, 66 homens e 12 mulheres eram colaboradores especializados. Já em 2009, o número era mais baixo com 55 homens e 8 mulheres, sendo que a percentagem de colaboradores masculinos em relação aos femininos cresce de 85% em 2006 para 87% em 2009, o que conclui que, sendo o jornalismo desportivo um tipo de jornalismo especializado relativamente novo, os homens permaneceram em maioria durante o desenvolvimento do mesmo.

O jornalismo desportivo não é mais do que o jornalismo virado e centrado nos desportos, sobretudo no grande fenómeno de massas que é o futebol. (...) O diretor do jornal “*O Jogo*”, José Manuel Ribeiro, começou mesmo uma conferência onde o tema principal era jornalismo desportivo, na Faculdade de Letras do Porto, no dia 24 de Março de 2009, que não se pode falar de jornalismo desportivo, mas sim de “jornalismo futebolístico”. Marta Fernandes (2011, p.12)

Para além da segmentação da imprensa, a autora cita José Viseu (2006) para referir que nas últimas duas décadas se alterou a importância socioeconómica dada ao desporto em Portugal, graças à profissionalização do setor. Em particular, a importância dada ao futebol, um desporto que reúne no país o maior número de adeptos e praticantes que, segundo dados da Federação Portuguesa de Futebol, se traduzia em 2015 por 160 mil atletas federados, um recorde histórico que, no entanto, não revela bons indícios de participação feminina, registando um “fraco crescimento”.

Sendo que a grande fatia de um jornal desportivo se destina ao futebol, as restantes modalidades, às quais se dedica duas ou três folhas, «são noticiadas nas últimas páginas dos jornais. Os jornais tendem a informar unicamente sobre os principais escalões/campeonatos de cada modalidade e vão diversificando as modalidades face aos acontecimentos diários» (Fernandes, 2011, p.20).

Com os constantes desenvolvimentos na imprensa, surge nesta área do jornalismo (bem como nas restantes) o jornalismo *online* que, como explica Almeida (2015), se traduz numa atualização constante, onde a espera pelo conhecimento de determinada notícia, como a aquisição de um jogador, é bastante breve. A informação no meio *online* é atualizada ao minuto e permite uma maior interatividade por parte do leitor, que lê apenas aquilo que é de interesse para o mesmo, algo que não é possível num jornal físico. Os jornais desportivos não poderiam ficar de fora de toda esta evolução, de modo que foram criando os seus *sites* oficiais do jornal na internet, nos quais se tem acesso a notícias em tempo real.

«Edite Soeiro, que desde cedo ingressou na profissão, foi alvo de preconceito na redação onde trabalhava, uma vez que lhe impunham temas relativos à esfera feminina e lhe impediam outros, como por exemplo o desporto. Na década de 70 Leonor Pinhão tem a possibilidade de entrar para um jornal desportivo, sendo a primeira mulher num jornal temático, neste caso, “A Bola”» Isabel Ventura (2009, p.22)

Relativamente à situação das mulheres jornalistas que cobrem o desporto, portanto, devemos recordar o que já, de certa forma, dissemos no ponto anterior: as mulheres chegam ao

jornalismo assentes na categoria feminina que lhes é atribuída. “Por um lado, (...) o desvio das normas comportamentais definidas pelo estereótipo feminino é particularmente negativo para a mulher (...) por outro, só a assimilação dos traços masculinos detentores de forte legitimação social, permite o desempenho de um comportamento de autonomia profissional» (Subtil, 2003, p.12), o que fomenta a fraca visibilidade do trabalho das jornalistas femininas, que veem o seu trabalho submetido a perspetivas masculinas, ou comparado ao dos seus colegas homens.

Segundo Crifton (2012, p.4), as mulheres jornalistas são criticadas por questões de maquilhagem ou roupa, assim como por erros triviais. Quer tenham sido contratadas pelo seu conhecimento, quer pelos seus pontos de vista, as mulheres (também no desporto) estão sempre sobre vigilância e escrutínio público. A autora relata o comentário de um pivô de televisão do programa *60 Minutes*, Andy Rooney, que disse: «a única coisa que mais me irrita na televisão são o raio daquelas mulheres que não sabem do que estão a falar». Apesar de não se considerar sexista, Rooney explicou que as mulheres «não têm nada que fazer comentários acerca de um jogo de futebol».

Silveirinha e Simões (2016) *apud* De Bruin, (2004, p.14) referem que a «identidade profissional é muitas vezes usada pelas mulheres como proteção na desigual cultura masculina da sala de redação. Essa proteção não é absoluta, uma vez que ainda tem de ser reconhecida por outros atores, o que pode ser difícil em organizações onde as identidades de género coincidem, em grande medida, com a cultura masculina», como é o caso do desporto.

2.4.) As Mulheres Jornalistas nas Redações de Desporto

2.4.1.) Contextos da Experiência da Profissão no Feminino

«“When gender is salient, women will ascribe more credibility to other women, while men will perceive other men as more credible” (2009). In a time where gender is still salient, this is a big part of the reason that women are in the “out-group.” Symbolic annihilation is the underrepresentation or lack of representation of a social group in the media based on their race, sex, sexual orientation or socio-economic status (...). Women have been symbolically annihilated in sports media since the early stages, and even now women make up only six percent of the sports reporting industry (...)» Flagler Research Journal (2014, p.4)

Liliana Pêgo (2015, p.21) *apud* (Subtil in Garcia, 2009, p.97) afirma que «as mudanças na distribuição sexual dos jornalistas é um dos aspetos do processo mais vasto de recomposição social do conjunto dos profissionais desse campo». Após o V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação publicado pelo Diário da República (2014-2017), pretendia-se a integração da perspetiva da igualdade de género na administração pública central e local, e a promoção da igualdade entre mulheres e homens nas políticas públicas, em diferentes áreas estratégicas – entre elas a juventude, o desporto e a comunicação social.

A autora refere dados da Direção Geral de Estatísticas de Educação e Ciência, no final do ano letivo de 2010/2011, que afirmam a existência de um total de 87.129 diplomados em Portugal, nos diferentes ciclos de ensino superior, sendo que 60,4% são mulheres e a região de Lisboa é a cidade que regista uma maior taxa de feminização, relativamente às restantes. Refere igualmente registos do Relatório Sobre As Diferenciações Salariais Por Ramos De Atividade de 2014, que indicam disparidades salariais entre homens e mulheres jornalistas. Ainda assim, e apesar de as mulheres ganharem menos 13,10% em termos de remuneração média, e 16,71% em termos de ganho médio mensal nesta área, esta disparidade é inferior à média nacional.

Quando uma repórter feminina recebe demasiada atenção, raramente tem a ver com a sua capacidade de relatar eventos desportivos, explica o Flagler Research Journal (2014, p.7), sendo estas profissionais muitas vezes associadas a rótulos de sensualidade e beleza que podem ser preponderantes na hora de conseguir “reputação”, nada tendo a ver com as suas reais capacidades jornalísticas. O mesmo acontece com as mulheres atletas, cujos feitos não têm a mesma relevância que os dos homens, sendo diversas vezes expostas devido à sua estética e não à sua qualidade desportiva.

Allyson B. Clifton (2012, p.17) conta um episódio caricato no canal norte-americano CBS nos anos 70, onde uma ex-Miss América foi convidada a trabalhar nos programas da NFL (Liga de Futebol Americano), no sentido de dar alguma beleza televisiva. Não contavam era com o profissionalismo de Phyllis George, que seria então impedida de fazer entrevistas devido à sua falta de formação, apesar das capacidades que demonstrava. Mais tarde, uma jornalista (esteticamente aprovada) substituiu George, mas veio a saber-se que foi contratada não pelo seu saber futebolístico mas com o objetivo de dar um “toque feminino” a um programa de homens.

«From the pioneering era to the present moment, the research indicates how the standards have changed as women have fought for equality. One of the pioneers, Gayle Gardner, once said, “For women especially, this profession will never stop being a struggle with constant blows which must be taken” (...) Some were powerful enough socially to evade consequences, but others risked sharing fate of all outcasts whose ideas will resonate in future eras but only bring them trouble in their own times.» Allyson B. Clifton (2012, p.14)

Se o desporto sempre foi dirigido a homens, o jornalismo desportivo não poderia seguir outro caminho, afirma Pêgo (2015). Este afastamento feminino relativamente ao desporto deve-se em muito à História, no sentido em que as mulheres eram vistas como seres frágeis e de incapacidade biológica para suportar tamanhos esforços físicos. Enquanto atletas, muitas mulheres se têm agregado aos mais diversos desportos, sendo que a partir do século XX até à atualidade, o número de atletas femininas nos Jogos Olímpicos tem crescido exponencialmente – no caso de Portugal, 75 atletas participaram nos jogos de Londres, em 2012, nas mais diversas modalidades.

A autora cita Cerqueira (2008, p.712) ao afirmar que muita gente pensa que a falta de domínio do desporto, por parte das mulheres, irá afetar o trabalho que farão na cobertura jornalística, narração ou comentários, e que quando o fazem de acordo com os códigos, «têm que combater os estereótipos que estão enraizados, ou seja, têm que desempenhar as funções tão bem ou melhor do que os homens».

Segundo um artigo do Jornal Público (12 de Março de 2014), o Relatório da Fundação Internacional para as Mulheres nos Media (Washington) e o Instituto Internacional para a Segurança dos Media (Londres) revelam que dois terços das mulheres jornalistas inquiridas (cerca de mil) num estudo internacional foram vítimas de violência, desde insultos a ameaças de morte, muitas vezes pelos patrões e na maioria dos casos no local de trabalho, sendo que os agressores eram superiores hierárquicos e maioritariamente do sexo masculino.

“Abuso de poder e autoridade”, “intimidação verbal, escrita ou física” e “tentativa de danificar a reputação e honra” foram os casos mais mencionados pelas profissionais, ainda que metade tenha referido episódios de assédio de cariz sexual, os quais não reportaram às autoridades. Não será essa a generalidade do panorama jornalístico feminino, talvez ainda menos em Portugal, mas é necessário olhar para a realidade destes números com cuidado pois, numa área maioritariamente masculina, sendo a presença dos homens ainda maior no jornalismo desportivo, as mulheres que se atrevem a quebrar padrões e seguir tal caminho profissional estão sujeitas a este tipo de ameaças.

2.4.2.) Vozes da Experiência

Sobre os problemas acima referidos, entrevistei três profissionais do sexo feminino do jornalismo desportivo, nomeadamente do *DN*, *d'A Bola* e *d'O Jogo*.

Quando questionadas se já sentiram o seu papel de jornalista ser diminuído por serem mulheres, as jornalistas responderam:

«Sim, como não tinha quaisquer conhecimentos sobre futebol, faltava-me a base, tive de início dificuldades em entender o jogo e faltava-se igualmente bagagem para poder contextualizar as notícias. Tinha de investigar e pedir ajuda a colegas. Por outro lado, muitos agentes desportivos (jogadores e/ou empresários) eram simpáticos, mas unicamente por ser mulher e sem qualquer intuito de ajudar ou colaborar verdadeiramente.» (Jornalista de O Jogo)

«Ao contrário. É normal que, sendo mulher num mundo de homens, haja sempre comentários: ou por ser bonita, ou feia, ou alta ou baixa, ou gorda ou magra, ou por não perceber nada disto. Hoje em dia, tudo isso mudou. Aliás, presentemente, integro a equipa que acompanha o Benfica, também, por ser mulher. As chefias de redação (globalmente) defendem hoje que as mulheres têm mais sensibilidade para algumas questões. Têm escrita própria, mais floreada, mais emotiva. Sabem abordar e aproximar-se das pessoas de forma mais elegante e gentil, dizem.» (Jornalista de A Bola)

«Nunca me senti ostracizada ou diminuída por ser mulher. Aliás muitas das vezes foi um fator diferenciador. Nunca gostei de ver colegas de profissão beneficiadas por serem mulheres e fiz sempre questão de ser jornalista e nunca, mulher jornalista ou jornalista mulher. Não se é jornalista na mesma área durante 14 anos por ser mulher. Houve comentários que me deixaram pouco à vontade, fruto de ser tratada de igual para igual. Muitas das vezes os colegas, jogadores e dirigentes, esquecem que sou mulher e depois pedem desculpa por um ou outro palavrão, por exemplo. O presidente de um clube um dia destes chamou os jornalistas, e na conversa disse f*****... Olhou para mim, a única mulher entre 21 jornalistas e disse “você já anda aqui há tanto tempo que já pensa como um homem”. Não foi um elogio, por mais que ele pense que sim, mas também não foi uma ofensa e muito menos discriminatório. E quando se é melhor neste meio, isso é tudo.» (Jornalista de DN)

Questionei também as entrevistadas se teria acontecido algum momento caricato, no seu trabalho como jornalistas, pelo fato de trabalharem com homens:

«Sim. Um empresário dizer, de forma indireta, que só me dava informação se eu me envolvesse com um jogador com que ele trabalhava.» (Jornalista de O Jogo)

«Não. Por vezes estranham por esperarem ser alguém com aparência mais velha. As jornalistas conceituadas da nossa praça andam na casa dos 40/50 anos. Não sou muito mais nova mas essa é a minha única sensação. Que esperavam alguém diferente.» (Jornalista de A Bola)

«Muitos. Fiz dezenas de viagens com clubes e seleções em que era quase sempre a única mulher. Em alguns países estranharam um pouco. Uma vez em Itália, num Udinese-Sporting, os colegas italianos estranharam eu escrever crónicas de jogo pois, apesar de eles terem muitas mulheres jornalistas, não é normal elas escreverem crónicas. Na Rússia num Spartak-Sporting tiraram-me fotos na bancada de imprensa, na Suécia tinha o meu lugar reservado como Mr. Almeida. Na Turquia, em Ankara, as mulheres não vão aos jogos e os estádios não tinham WC para senhoras, por isso a segurança teve de entrar, ver se havia homens e depois guardar a porta para eu poder ir.» (Jornalista de DN)

Quando questionadas sobre se o meio desportivo, referente a jornalistas ou a atletas será ainda muito machista, foi-me respondido:

«Sim, em muitas áreas do desporto, ser mulher é ainda sinónimo de ser mais fraca, mais mal paga, menos credível e menos noticiada. De qualquer forma, a situação tende a melhorar no sentido de uma maior igualdade.» (Jornalista de O Jogo)

«Já foi mais machista. Hoje em dia as mulheres estão em igual número nas redações. Até no desporto. Há, inclusive, mulheres em cargos de chefia na área de desporto. Felizmente, essa situação não se coloca. Discordo.» (Jornalista de A Bola)

«Discordo, mas não totalmente. As gerações mudam e com isso as mentalidades e não creio que seja muito machista. Sinceramente nunca me vi como mulher neste meio, mas sim como jornalista.» (Jornalista de DN)

2.4.3. – O Jornalismo Desportivo No Feminino: Aspetos Históricos E Estruturais

Dos excertos acima podemos ver que nem todas as jornalistas dizem ter experienciado as dificuldades de ser mulher numa profissão masculinizada e, afirmam que o sexismo presente nesta profissão já não é tão visível. Essas afirmações parecem, no entanto, ser pelo menos parcialmente contrariadas por algumas pistas que denotam questões de subalternidade de género nas respostas dadas: desde a visão da mulher como um ser mais emotivo, à

“masculinização” da sua presença junto dos colegas pela inferioridade numérica, ao assédio sexual, à incredulidade face às suas capacidades ou até da logística. Estas questões estão longe de ser meros detalhes e, sobretudo, dificilmente acontecem relativamente a profissionais do sexo masculino.

«“Que instrumentos são fornecidos pelo sistema educativo ou formativo para que, no exercício da cidadania individual e profissional, se tenha em conta que a diferença biológica e natural de sexo continua a determinar uma desigualdade construída e social de género pelo desempenho induzido de papéis diferenciados, e que é essa desigualdade que importa eliminar para assegurar o igual valor, os iguais direitos e os iguais deveres das duas metades da humanidade?”» Maria do Céu Rego (2009, p.43) *apud* Comité Olímpico de Portugal (2015, p.5)

No seguimento do que já temos vindo a dizer, também para Hardin e Shain (2005), as redações de desporto são geralmente caracterizadas como um meio hostil para as mulheres, que chegam como *outsiders*. É um local que, apesar de agregar dois géneros, não integra os dois da mesma forma, uma vez que é um meio com uma população masculina muito superior e onde as mulheres se apresentam e são toleradas como uma minoria. Para estes autores, um meio agregador, e que é possível neste tipo de redações, agrega a diferença como algo positivo e de valor para o trabalho.

No seu estudo sobre a entrada da mulher no jornalismo desportivo, concluíram que a maioria dos editores desportivos não sentia a obrigação de ter uma representação feminina nas suas redações, por questões como o fato das mulheres serem “naturalmente pouco atléticas” e “naturalmente menos interessadas no desporto” do que os homens.

Poderá dizer-se que o interesse das mulheres pelo jornalismo desportivo é menor do que o dos homens, o mesmo acontecendo até em termos de interesse no próprio desporto. Na ausência de dados que nos permitam afirmar a verdade dessas afirmações, podemos, no entanto, referir que existem várias razões para tal possa, eventualmente acontecer. Primeiro, tal pode ter por origem um elemento histórico, uma vez que o modelo de desporto foi construído por e para homens, sendo que a presença das mulheres não se considerava necessária nem apropriada. Nesses termos, como será possível demonstrar interesse numa área que há considerável pouco tempo se dirigia praticamente ao sexo masculino? Em segundo lugar, existem questões da construção dos tradicionais papéis de género que pesam sobre as mulheres. Noções de responsabilidade familiar como o casamento e os filhos podem influenciar as aspirações profissionais das mulheres, bem como as horas despendidas após o trabalho em tarefas

domésticas. Estas, segundo Hardin e Shain (2005), situam-se em 35 horas semanais, sendo que o homem despende no máximo 17 horas durante o mesmo período, dedicando-se às mesmas tarefas. Por fim, existem, como temos vindo a considerar, as barreiras impostas nos locais de trabalho que, com o tempo, foram integrando o g nero feminino, mas que nem por isso se desvincularam de alguns estereótipos de g nero relativos ao papel das mulheres.

Capítulo III

O Gênero e a Atualidade Desportiva

3. Um Estágio, Uma Análise Exploratória

3.1) Caracterização do Centro de Estágio

O Jornal O Jogo nasceu na cidade Invicta a 22 de Fevereiro de 1985, como primeiro jornal desportivo de publicação diária em Portugal, ao contrário dos atuais concorrentes A Bola e o Record, que apenas adotaram tal periodicidade dez anos depois. Serafim Ferreira foi o diretor fundador do jornal, cedendo o lugar em 1992. Seguiu-se Alfredo Barbosa até 1994 e, logo depois, Manuel Tavares, que depois de um longo período à frente d'O Jogo sai em 2011, para a direção do Jornal de Notícias.

Até então propriedade do Jornal de Notícias, O Jogo é comprado pela Jornalinveste Comunicação em Março de 1994, passando a ser independente, sem qualquer ligação a outro periódico, o que permitiu expandir o jornal ao resto do país e torná-lo mais moderno.

O Jogo tem duas redações, uma no Porto e outra em Lisboa, e tem por objetivo publicar os principais acontecimentos desportivos, com especial atenção à Primeira Liga e às principais ligas desportivas internacionais, tanto de futebol como de outros desportos. Conta ainda com a Revista J, suplemento de domingo.

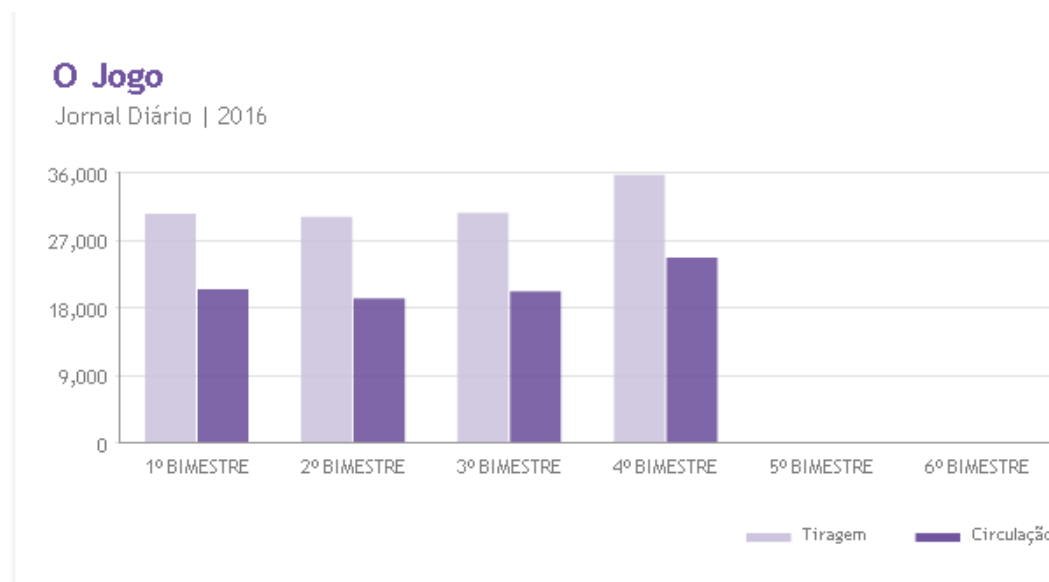
No Porto, diz Macedo (2008), a redação está dividida pelas secções FC Porto, onde se escrevem as notícias sobre o futebol da equipa portuense; a secção Nacional, onde se noticiam parte das restantes equipas nacionais; a secção Modalidades, que fala sobre o hóquei em patins, andebol, basquetebol, atletismo, entre todas as outras modalidades que não o futebol; a secção Internacional, que desenvolve as notícias do futebol nos países estrangeiros, com especial destaque para as equipas e campeonatos onde alinham jogadores portugueses; a secção J, onde está o suplemento diário J e a revista de domingo, ambos com referência a assuntos da vida privada dos desportistas.

Na redação de Lisboa, onde estagiei, e que se situa ainda por estes dias no Edifício do Diário de Notícias, na Avenida da Liberdade – sendo que estão de malas e bagagens para as Torres de Lisboa – a edição é, no seu essencial, a mesma, dando especial atenção aos clubes da cidade (Sporting e Benfica) e também ao futebol nacional. Foi no terceiro piso do edifício que estagiei e que é partilhado pelos jornalistas d'O Jogo e do Diário de Notícias (que inclui a secção

de desporto), sendo que relativamente ao primeiro, a secção era predominantemente masculina, enquanto na segunda existia uma maior heterogeneidade.

Gráfico 3

Análise de Tiragem e Circulação do Jornal O Jogo, por Bimestre



Fonte: APCT

Última Atualização: 2016

De acordo com a análise da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (2016), o jornal o Jogo teve um aumento significativo de vendas nos últimos meses, cerca de 5 mil exemplares a mais que no bimestre anterior. De acordo com os dados, o número de jornais em circulação tem vindo a manter-se ao longo do ano, com o 4º bimestre a superar os valores anteriores.

Apesar da grande percentagem dos seus leitores estar concentrada na zona norte de Portugal, e de mais de metade dos seus leitores se situar na cidade do Porto, o jornal tem conseguido chegar cada vez mais aos leitores da zona sul, sobretudo na grande Lisboa. Ainda assim, e embora tenha sido o primeiro diário desportivo português, surge em terceiro como diário desportivo mais vendido, atrás d'A Bola e do Record.

A circulação do jornal estende-se a todo o Portugal Continental e Ilhas, bem como a todo o Mundo, através do sítio na internet – ojogo.pt -, sendo que o jornal é presentemente propriedade da Global Notícias, Publicações, S.A., tendo como diretor José Manuel Ribeiro e Diretor Adjunto Jorge Maia. Por curiosidade, e já que o tema é esse mesmo, é de verificar que

na ficha técnica d'O Jogo, a Direção de Marketing e Comunicação é a única área administrativa do jornal onde consta a presença de mulheres, neste caso duas, Ana Marta Heleno (Diretora) e Carla Ascensão (Diretora-Ajunta), sendo as restantes áreas dominadas por nomes masculinos.



Fig.2) Capa do Jornal O Jogo (Porto e Lisboa), do dia 25/11/2016

Fonte: Jornal O Jogo

3.2.) Relato de um Estágio

No que se segue procurarei referir alguns aspetos que considero terem caracterizado, a largos traços, o meu estágio. São também aqueles que reputo de mais importantes para o meu crescimento académico, profissional e pessoal.

3.2.1) O Primeiro Dia

Depois de um estágio anterior e de uma experiência no jornalismo desportivo que me deixou imensas saudades e aprendizagens, decidi rumar a Lisboa, mais propriamente ao Jornal

O Jogo, na Avenida da Liberdade. É uma cidade que gosto imenso, tal como gosto de desporto e, conhecendo já um pouco o jornal, decidi seguir a opção de estágio para poder aprender mais sobre o jornalismo desportivo. Fiz uma primeira visita ao local, para me pôr a par do que iriam ser os meus próximos três meses e, no dia 31 de Agosto de 2015, pelas 15h30, lá estava eu, pronta para iniciar.

Conheci o espaço, peguei no jornal do dia e dirigi-me ao meu lugar, um exercício que me disseram ser a primeira coisa a fazer quando chegasse, para ter acesso aos assuntos do dia. O jornalista António Pires seria o meu coordenador de estágio mas, não se encontrando na redação durante uns tempos, seria o jornalista Pedro Ribeiro a orientar-me.

Foram-me logo descritas as práticas diárias: ler o nosso jornal; ler os dois jornais da concorrência, para estar a par do que era escrito naquele dia e ver as notícias mais importantes dos jornais internacionais desportivos – nomeadamente de países como Espanha, Inglaterra, Itália, França, Brasil, EUA, Rússia, Turquia, Alemanha e Grécia – sendo que me foram disponibilizados os *sites* dos vários jornais, para que diariamente pudesse proceder da mesma forma.

Na redação, estavam ao fundo os jornalistas do Diário de Notícias, separados da secção d'O Jogo por um vidro e uns quantos cacifos. Do lado do Jogo, vários jornalistas (todos homens) que apareciam ao longo da tarde, principalmente porque as notícias de desporto surgem por essa altura, aquando dos jogos, dos comentários televisivos ou de conferências de imprensa. Cada um destinava o seu trabalho a uma determinada secção – Benfica, Sporting, Porto, II Liga, Internacional, Modalidades e por aí além, enquanto a mim me foi dito que iria trabalhar apenas na secção de futebol internacional, que normalmente era o que todos os estagiários faziam. Embora tivesse vontade de trabalhar todos os desportos, era um assunto que me dava particular interesse, principalmente por ser futebol.

Existiam três televisões especificamente colocadas na sala para que, dependendo dos jornalistas, estes pudessem ver os jogos nacionais, os internacionais e o comentário de algumas personalidades, que iam falando dos temas do dia. Ao fundo, uma sala com um grande ecrã, onde ao início da tarde todos se sentavam para discutir a próxima edição.

Para mim não era novo, uma vez que no estágio em Coimbra tudo se passava da mesma forma, mas não nego que me tenha sentido um pouco reticente quanto ao primeiro dia – pelo fato de não ser uma *expert* de futebol internacional, embora gostasse e por ser uma estudante de pouca experiência num jornal só de homens. Apesar disso, o Pedro Ribeiro nunca fez

distinção entre mim e quem se encontrava por lá, tendo sido ele que me permitiu saber um pouco mais sobre isto do desporto. O próprio fato de ir para um jornal desportivo, para mim, nunca me causou desconforto por ser rapariga, mas pela falta de noção de como são as práticas de um jornal desta área. No entanto, a vontade de aprender era maior e estar num lugar daqueles, com o acréscimo de ser na capital, deixou-me muito entusiasmada – um verdadeiro peixe dentro de água.

3.2.2.) A Minha Experiência

«Adriana, sabes falar bem inglês?», perguntou-me o Pedro Ribeiro. Sabia falar inglês e um pouco de francês, e depressa me apercebi que saber línguas neste meio era uma mais-valia. O fato de ler-mos diariamente jornais desportivos de outros países incluía a necessidade de traduzir (por nós próprios ou através de um tradutor *online*) tudo o que seriam notícias de interesse. E de interesse, para além das figuras conhecidas do futebol, eram todos os jogadores portugueses a jogar noutros países (o qual chamavam diáspora), todos os golos marcados, todos os resultados, todas as transferências, todas as lesões, todas as referências dos seus clubes aos mesmos, quer jogassem em Espanha ou na China, assim como treinadores. Para ter conhecimento destes tópicos, deram-me alguns *sites* mais precisos, que para mim foi uma descoberta, por me aperceber das várias ferramentas de trabalho que todos usavam.

Comecei por ter conhecimento da importância do futebol naquela redação, que consumia quase todos os assuntos entre jornalistas. Comigo não discutiam futebol, apenas me perguntaram o meu clube. Utilizando o programa Word, iniciei-me nas notícias breves, «aquelas que para ti têm maior interesse», disse o Pedro. E assim fiz durante vários dias, procurava o mais importante e fazia pequenas notícias sobre o assunto, que às vezes eram de utilidade para os restantes, aos quais enviava por *email*.

Passado uns dias, introduziram-me ao programa *Milenium Editor*, um *software* específico, que continha toda a estrutura e as páginas formatadas para a escrita do jornal, por secções. A mim seria-me destinada uma página por dia, mas apenas para fazer as breves, algo que fui fazendo quase durante todo o primeiro mês.

Entretanto o meu coordenador, António Pires, voltou à redação, mas o meu trabalho era praticamente todo feito com o Pedro Ribeiro, uma vez que o António estaria muito mais

ocupado. Com o tempo que eu despendia no jornal, as breves demoravam pouco tempo, de modo que pedi para me deixarem fazer as notícias maiores. A meio do segundo mês já fazia uma página inteira, que me dava imenso gosto fazer.

Para além da página e da pesquisa, fazia trabalhos que os jornalistas me pediam, como por exemplo tirar notas sobre os discursos dos dirigentes desportivos, encontrar *streamings* de jogos de outros clubes na internet e assistir (sendo que por vezes todas as televisões estavam ocupadas), escrever os lances de maior perigo (principalmente os de portugueses) ou encontrar previamente as táticas de jogo dos clubes. Era comum ver três e quatro jogos por dia, durante a emissão da Liga dos Campeões e da Liga Europa, uma vez que os jornalistas não tinham mãos a medir para tanto jogo que acontecia ao mesmo tempo. Era nesses momentos que me sentia mais útil, quando sabia que o que estava a fazer era fundamental para o que seria escrito no jornal, e que os outros confiavam a mim.

3.2.3.) As Dificuldades

Devo dizer que este estágio foi, na sua maioria, uma desilusão. O fato do meu coordenador de estágio raramente estar presente e só ter corrigido o meu trabalho duas vezes (embora eu lhe tenha pedido inúmeras vezes para o rever), fez com que dificilmente soubesse o que estava a fazer mal, assim como não tinha conhecimento do meu crescimento ao longo dos três meses.

Assim, o meu progresso foi muito lento, uma vez que para conseguir escrever coisas mais longas, tive de pedir, senão não o faria. Por diversas vezes não me era dada página alguma, e muitos eram os momentos em que pedia para me darem algo para fazer e nada era feito, teria de “inventar” trabalho. Principalmente aos fins-de-semana, em que poderia vir a casa, e fiquei porque me tinham dito que eram os dias de mais trabalho, devido aos jogos, e seria importante ficar. No entanto, chegava ao sábado à redação e perguntavam-me «o que estás aqui a fazer ao fim de semana? Hoje não tenho trabalho para te dar, vais mas é aproveitar o dia». E era realmente o que fazia, aproveitava para conhecer a cidade, pois se ficasse na redação não teria nada que fazer.

Tentei ser pró-ativa e fazer o meu próprio trabalho, mas a partir de uma certa altura já não me sentia com vontade de o fazer. O meu coordenador, depois de ter aparecido pela primeira

vez depois de praticamente dois meses, pouco ou nada falava comigo, sobre o que deveria fazer, a minha evolução ou a correção dos meus trabalhos. Uma vez estando presente o coordenador, o jornalista Pedro Ribeiro não poderia corrigir por ele, de modo que os dias passavam e, por mais que pedisse para ver os meus trabalhos, o coordenador não o fazia. Em três meses, vi duas páginas minhas, as quais estavam praticamente com grande “X” em cima. No fundo, senti que o meu trabalho ali não servia para qualquer fim, que estava ali como estagiária somente para “fazer número” e não para aprender. Posso também dizer que o fato de ser mulher me limitou, pois por vezes sentia que não era levada a sério por alguns colegas.

Com a experiência do anterior estágio, deixou-me triste o fato de não ser permitido aos estagiários acompanhar os jornalistas aos trabalhos fora da redação, como é o caso de conferências de imprensa. Apesar de ter pedido imensas vezes para me levarem, só no fim do estágio é que tive oportunidade de o fazer, uma vez.

De tudo o que experienciei, o que mais me desiludiu foi eu ter escolhido uma cidade nova, um jornal de renome desportivo e ter dedicado tanto tempo a este estágio, ficando quase sempre na redação horas depois do meu horário de saída, para no fim o coordenador de estágio, que nunca me acompanhou, me ter dado uma nota que sei que não merecia. Inclusive dirigi-me a ele para falar de alguns parâmetros – por exemplo do tempo de entrega, sobre o qual perguntei se alguma vez teria entregue o trabalho fora de horas, ao qual ele respondeu que não, que sempre entreguei dentro do tempo pretendido. O próprio afirmou saber que não tinha visto o meu trabalho, mas que iria dar essa nota relativamente ao que viu.

Foi a maior injustiça que senti na pele até hoje, e tenho noção que muitos mais colegas meus passam todos os anos pelo mesmo. Acredito também que, de qualquer maneira, aprendi imenso nestes três meses.

3.2.4.) Os Meus Trabalhos

Apesar da má experiência, fiz cerca de 30 trabalhos de maior relevância, que me permitiram conhecer a linguagem futebolística mais de perto, assim como os temas de maior relevo de um jornal desportivo e as suas práticas.

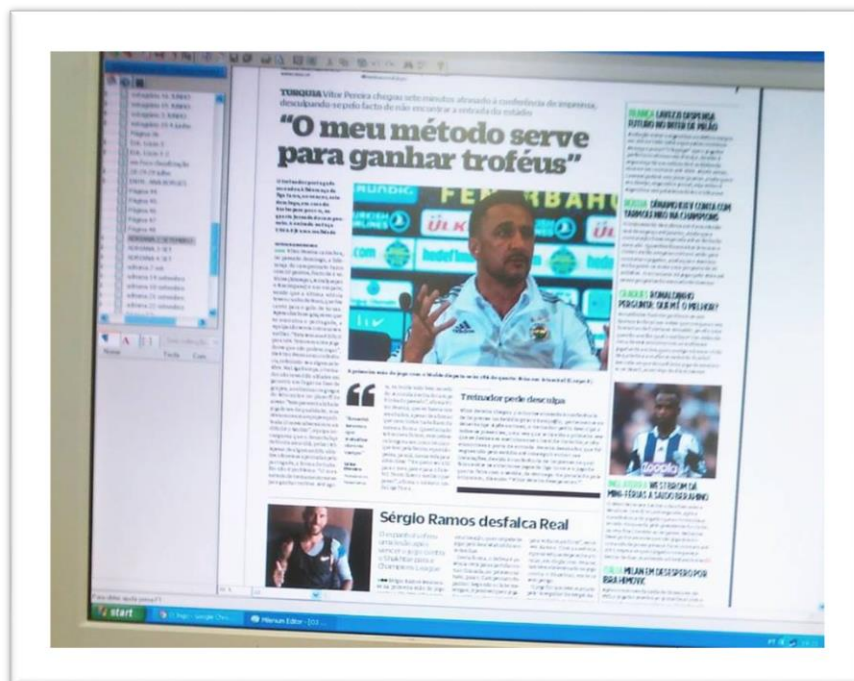


Fig.3) Página Diária Futebol Internacional

A melhor experiência que tive no jornal, e que em muito devo ao jornalista Rodrigo Cortez, foi a única saída da redação, na sua companhia, ao Estádio José de Alvalade, para uma conferência de imprensa acerca do atletismo sportinguista, que contou com a presença do Presidente Bruno de Carvalho e de várias personalidades da modalidade, como Obikwelu, Jéssica Augusto ou Sara Moreira.

Pedi-me para tirar notas sobre os seus discursos, explicou-me o essencial d'O Jogo *online* e solicitou a minha versão das notícias que iríamos colocar. Juntos, escrevemos cerca de cinco notícias sobre aquele dia e ele, humildemente e sabendo que tinha feito a maior parte, disse que iria colocar também o meu nome nas notícias. Assim, e ainda que não seja permitido ter o nome de estagiários numa notícia do jornal, agradeço-lhe imenso pelo gesto e pelas suas palavras.

3.3.) Estudo de Caso d'O Jogo

3.3.1) Metodologia

A análise quantitativa que a seguir se apresenta foi elaborada com base em vinte e cinco edições do jornal O Jogo, distribuídos no período compreendido entre 2 de setembro de 2015 e 1 de novembro de 2016, inclusive.

Tendo consciência de não ser esta uma amostra muito expressiva, pretende-se perceber e analisar a representatividade das mulheres nas páginas de jornais desportivos.

Considerando as secções do jornal O Jogo - Futebol Nacional, Diversos, Futebol Internacional, Modalidades, Observatório, Última Página, Entrevista e Reportagem – procedeu-se ao levantamento das seguintes variáveis:

- a) Género dos protagonistas das notícias sobre mulheres;
- b) Existência de fontes secundárias nas notícias femininas e respetivo género;
- c) Existência ou não de imagens nas notícias femininas e respetivo género;
- d) Género do repórter nas notícias femininas.

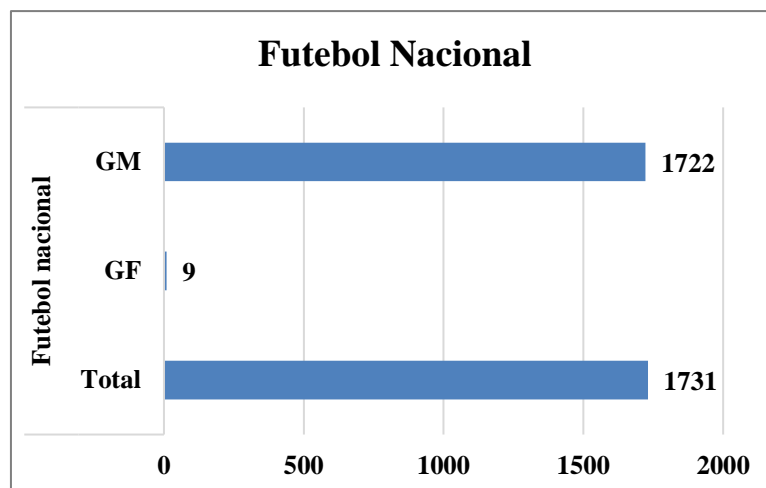
Numa segunda fase, procedemos ao levantamento de dados e efetuámos uma análise com base em conhecimentos de estatística descritiva e de análise estatística de dados, expressando-os graficamente, recorrendo ao *Microsoft Office Excel*, um programa com interface intuitiva, ferramentas de cálculo e construção de gráficos.

3.3.2.) Apresentação de Dados

Na secção de Futebol Nacional, verificamos que num universo 1731 notícias, apenas nove se referiam a mulheres, o que aponta para uma fraca expressividade do género feminino no futebol em Portugal, considerando a disparidade observada.

Gráfico 4

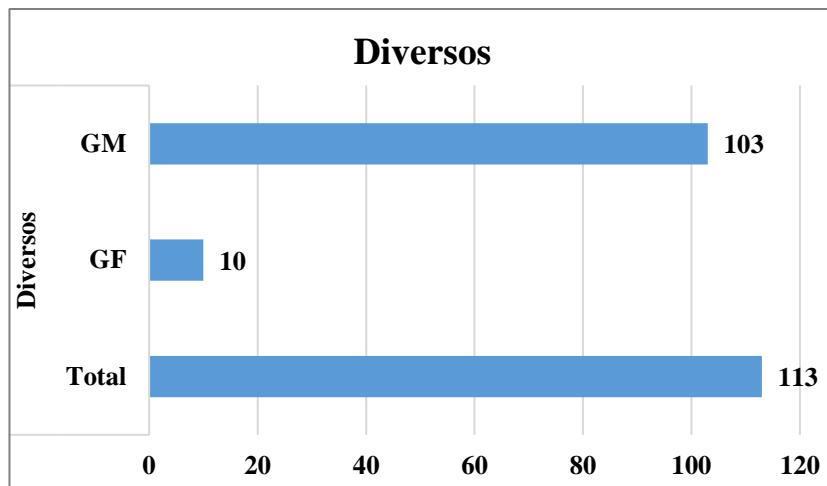
Presença Feminina nas Notícias de Futebol Nacional



Na secção de temas Diversos, em 113 notícias, dez estavam relacionadas com mulheres, um registo superior à anterior secção mas, ainda assim, com baixa representatividade feminina. Nos Diversos, as notícias encontradas sobre o género feminino referiam-se, na sua totalidade, ao futebol feminino, que não se considera nas páginas de futebol nacional.

Gráfico 5

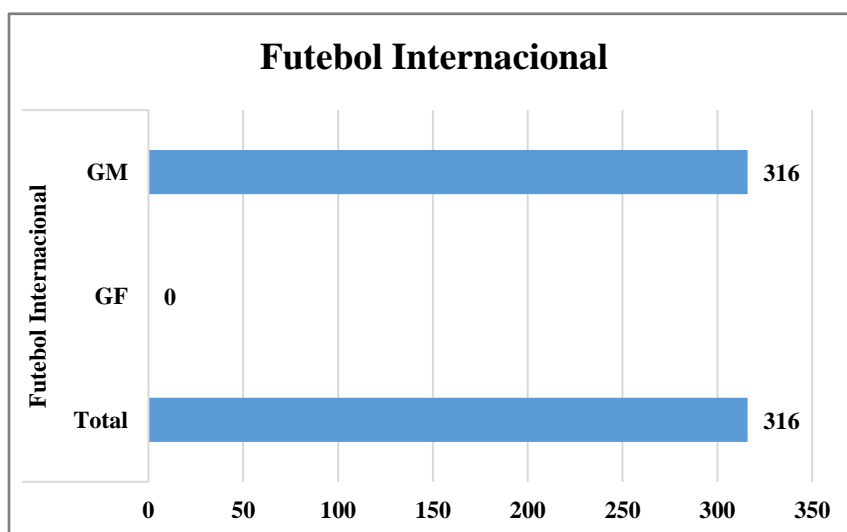
Presença Feminina nas Notícias da Secção Diversos



Na secção de Futebol Internacional, em 316 notícias, não existe qualquer uma sobre mulheres. Seria de esperar, uma vez que se as notícias sobre futebol feminino português têm pouca expressão, o futebol internacional praticado por mulheres terá ainda menos.

Gráfico 6

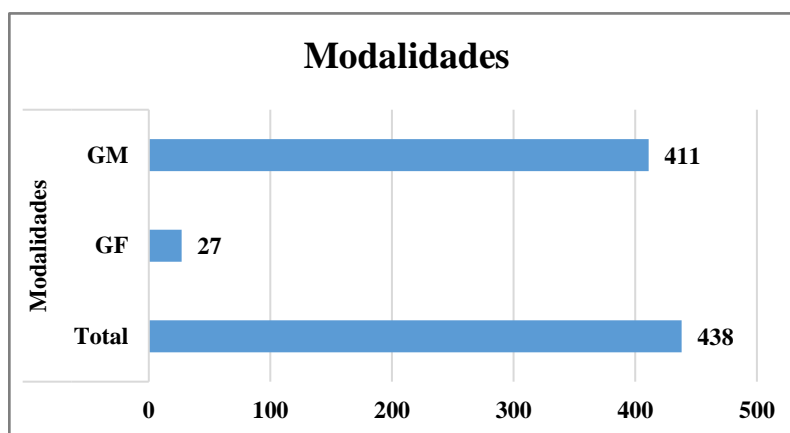
Presença Feminina nas Notícias de Futebol Internacional



A secção Modalidades surge com valores não tão inferiores como as restantes, com 27 notícias sobre mulheres, num total de 438. Observamos, no entanto, uma discrepância de valores entre homens e mulheres representados, apesar desta secção se referir a diversas modalidades.

Gráfico 7

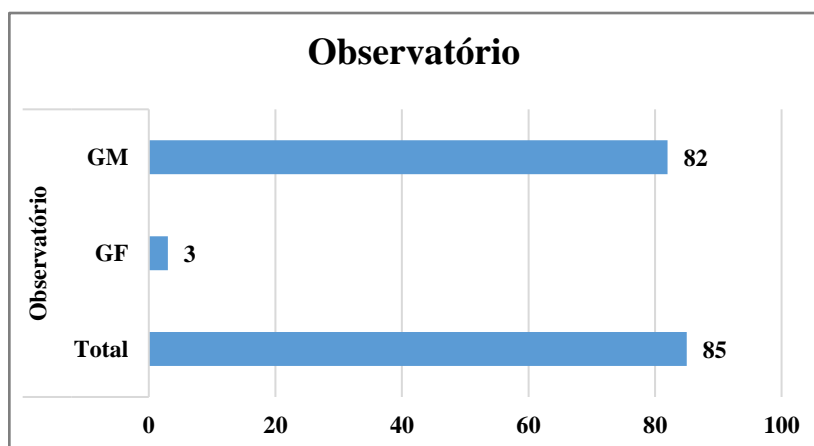
Presença Feminina nas Notícias da Secção Modalidades



Na secção Observatório, onde se inserem textos de opinião e revelação de novos talentos, surgem três notícias sobre mulheres em 85, um número que revela bastante sobre o interesse das jovens promessas femininas.

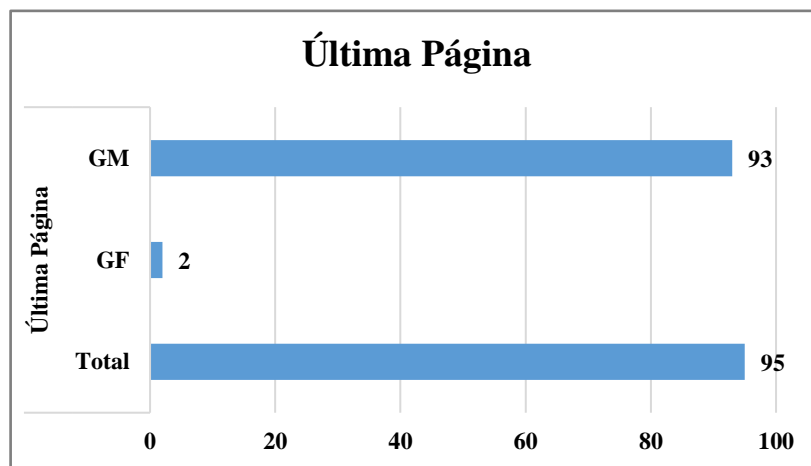
Gráfico 8

Presença Feminina nas Notícias da Secção Observatório



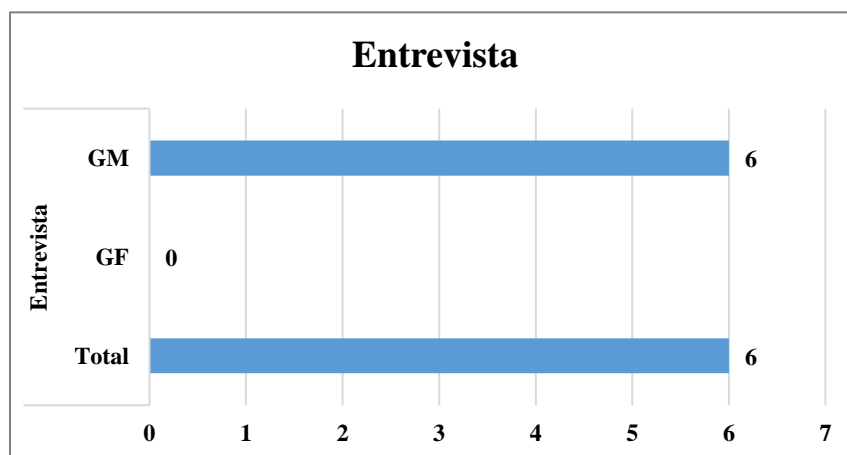
Na última página do jornal, em 95 notícias, duas estavam associadas a mulheres, valores semelhantes aos das secções anteriores, em que as notícias são maioritariamente masculinas.

Gráfico 9
Presença Feminina nas Notícias da Última Página



Nas duas entrevistas que encontrei e que continham seis notícias, nenhuma se referia a mulheres. Não tendo, de fato, analisado um grande número de entrevistas, podemos, ainda assim, concluir que a representação feminina em entrevista direta não é grande.

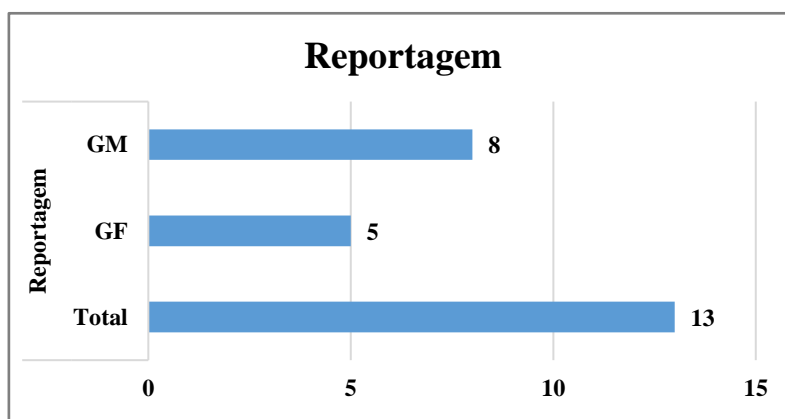
Gráfico 10
Presença Feminina nas Notícias da Secção Entrevista



A secção Reportagem é a que possui uma relação mais equilibrada entre o número de notícias (13) e o número de notícias relativas a mulheres (5), sendo que as notícias encontradas se referiam a jogadoras de futebol feminino.

Gráfico 11

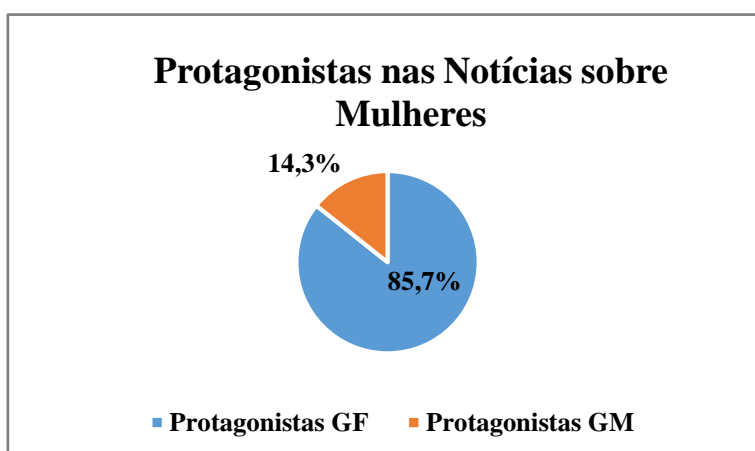
Presença Feminina nas Notícias da Secção Reportagem



Relativamente ao género do protagonista nas notícias sobre mulheres, concluímos que o género feminino é uma grande maioria, ainda que existam várias notícias sobre mulheres em que os homens surgem como protagonistas – um exemplo disso é uma notícia de futebol feminino que falava numa jogadora específica mas tinha como protagonista o selecionador nacional da modalidade.

Gráfico 12

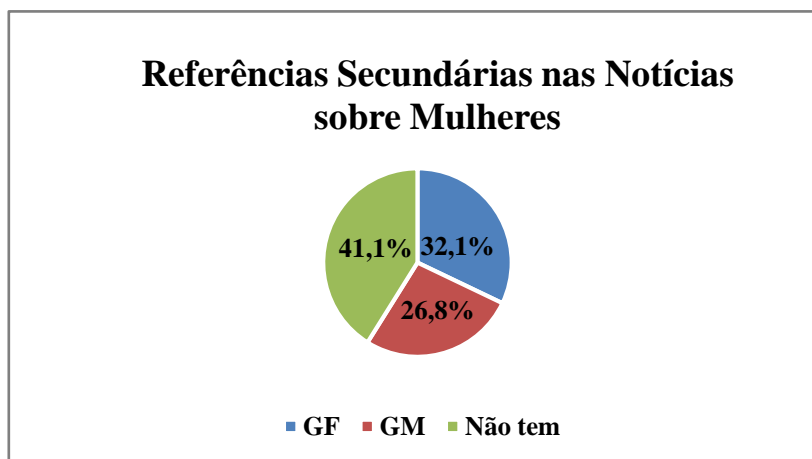
Género dos Protagonistas nas Notícias sobre Mulheres



De seguida, verificamos que existem, na sua maioria, fontes secundárias nas notícias femininas. 32% dessas fontes são mulheres, 26% são homens e 41% das notícias não se referem a mais ninguém, para além do protagonista. Verifica-se que, apesar das notícias se referirem a mulheres, existe uma expressiva associação da notícia a fontes masculinas.

Gráfico 13

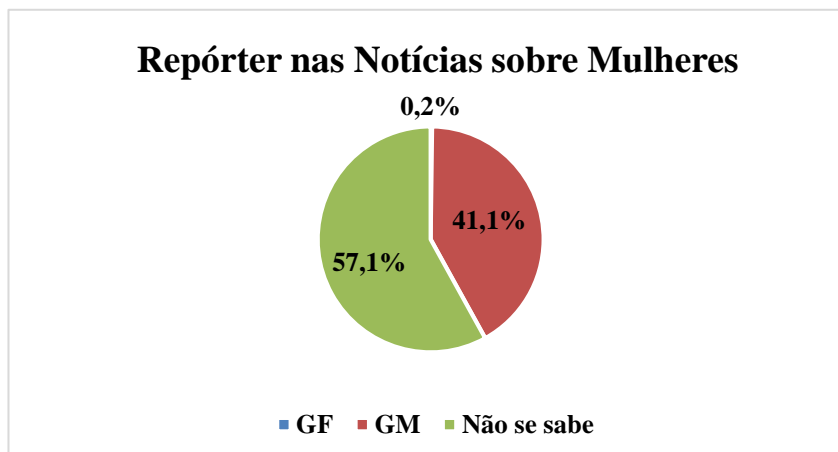
Gênero das Referências Secundárias nas Notícias sobre Mulheres



Outra variável analisada expõe o gênero do repórter que escreve as notícias identificadas como referentes a mulheres. Concluimos que, em mais de metade das notícias, não se tem conhecimento de quem escreve e, portanto, do seu gênero. As quais temos conhecimento, são maioritariamente escritas por homens, sendo pouquíssimas escritas por repórteres do gênero feminino.

Gráfico 14

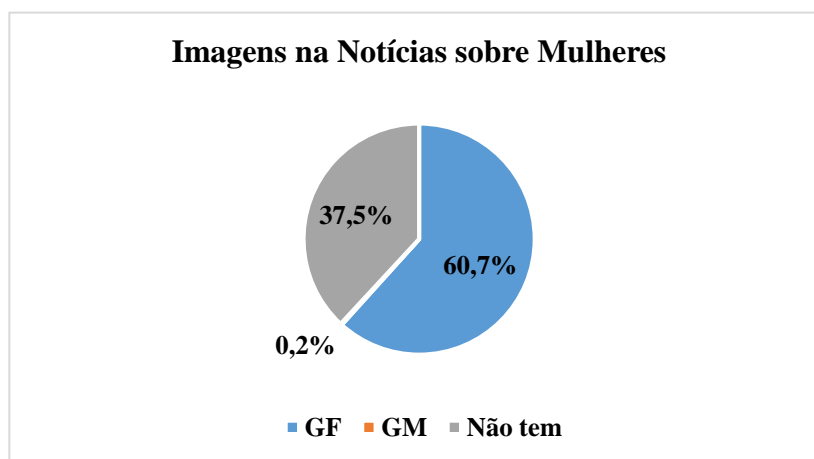
Gênero dos Repórteres nas Notícias sobre Mulheres



Por último, verificámos se existiam imagens associadas às notícias femininas e, se existiam, qual o género das pessoas representadas. 60% continham imagens de mulheres agregadas às notícias, sendo que 37% não tinham qualquer imagem a suportar a escrita. Uma ínfima parte tinha ainda a presença de homens nas imagens.

Gráfico 15

Existência de Imagens e Respetivo Género nas Notícias Sobre Mulheres



3.3.3.) Conclusões

Observando os resultados percentuais obtidos através da análise dos vinte cinco jornais, num período de tempo consideravelmente alargado, podemos tirar várias conclusões.

Tanto o futebol nacional como o internacional são assuntos dirigidos a homens, sobre homens, na sua esmagadora maioria. A nível nacional, a seleção feminina de futebol foi mencionada por várias vezes, incluindo algumas notícias sobre jogadoras específicas, no entanto, muitas falavam sobre o selecionador nacional (homem), que dirigia este grupo feminino. A nível internacional, não há qualquer tipo de menção sobre mulheres, embora seja nos países estrangeiros onde a maioria das jogadoras da seleção nacional feminina de futebol se encontra a jogar.

Foi na secção dos Diversos que mais encontrei notícias sobre futebol feminino, ainda assim, é curioso que este assunto surja na categoria dos diversos, quando deveria fazer parte do futebol nacional, que é dedicado no seu todo aos “três grandes” da primeira liga, à segunda liga, ao futebol não profissional, e aí por diante.

Foi nas Modalidades que surgiram mais notícias sobre mulheres – mais propriamente no ténis e no atletismo. Na sua maioria, referiam-se a prémios ganhos e não a notícias sobre o percurso atual das desportistas, o que indica que, para se encontrar referências femininas, é necessário, no mínimo, ganhar alguma coisa, não basta ser bom.

Tanto nas secções de Observatório como na Última Página, as notícias falavam essencialmente em futebol, tal como quase toda a totalidade do jornal. Das poucas notícias femininas que encontrei, uma referia-se à mulher de um jogador estrangeiro e outra à filha de um treinador de futebol, ou seja, para além de encontrar poucas notícias sobre mulheres, as que encontro surgem associadas a homens, retirando o protagonismo essencial da notícia.

Nas Entrevistas e nas Reportagens, deparei-me com duas páginas inteiramente dedicadas a três jogadoras da seleção nacional feminina de futebol, que falavam das poucas condições que o país tem para auxiliar a carreira de futebolista a mulheres. Este foi o único indício, ao longo dos vários jornais, do interesse em retratar a mulher ao mesmo nível que o homem, permitindo que estas exponham as suas dificuldades e se manifestem enquanto desportistas, não por terem ganho algo, mas por terem o mesmo direito que os restantes.

É incompreensível que, num número tão reduzido de notícias femininas encontradas, exista uma percentagem tão alta de homens como protagonistas, sendo que o contrário quase

nunca se verifica. Assim, a visibilidade da mulher é quase impercetível, tendo em conta que os homens, até nestas notícias têm um importante papel. O mesmo acontece nas referências secundárias, uma vez que a mulher, apesar de protagonista da história, tem de partilhar esse mesmo protagonismo com outras figuras masculinas.

No jornal O Jogo, são poucas as mulheres que assinam o nome nas páginas, sendo que a maioria se encontra na secção das Modalidades. Ainda assim e, apesar de em muitas das notícias encontradas não existir conhecimento do género do repórter, são pouquíssimas mulheres a escrever sobre mulheres e imensos homens a escrever sobre elas. Não quer dizer que exista aqui uma causa-efeito, no entanto, como mencionei anteriormente no trabalho, o fato do homem estar culturalmente propenso a escrever de determinada maneira ou com determinadas ideias pré-concebidas, pode contribuir para uma representação distorcida da realidade.

Relativamente às imagens, só destaco uma em que aparece (novamente) a figura do selecionador nacional de futebol feminino a dirigir-se às suas jogadoras, e outra em que aparece somente o selecionador em grande plano. Poderiam estar apenas presentes as jogadoras na fotografia, uma vez que o feito de entrar no próximo campeonato europeu é delas, no entanto, parece querer dar-se uma especial relevância ao selecionador para o feito destas raparigas. No futebol masculino, é destacado o selecionador, mas surge quase sempre a equipa em primeiro destaque. As restantes fotografias destacam as mulheres desportistas no exercício do seu desporto, sem especificidades incomuns, em contraste com os homens.

3.3.4.) Análise Qualitativa: Última Página e Revista J

« (...) Culturalmente, o sexo feminino está mais predisposto para uma preocupação com a aparência. É esta a ideia defendida por Berger ao afirmar que “a aparência social da mulher é de uma espécie diferente da do homem” (...). Por outro lado, ela é entendida como algo natural para a mulher e como fazendo parte da sua identidade.» (Silvana Mota-Ribeiro, 2011, p.140)

O Jornal O Jogo tem várias características específicas enquanto jornal desportivo, no entanto, tem algo em comum com todos os outros: a objetificação do corpo feminino. Na penúltima página de cada edição, O Jogo propõe uma mini secção denominada “Excitações”, em que, por cada número, é identificada uma jovem mulher em trajes menores, muitas vezes

em nudez, com poses ditas “sensuais”. Estas raparigas têm normalmente uma ligação ao desporto, por já terem praticado alguma modalidade, ou por simplesmente serem fãs de um determinado clube.

O mesmo acontece na capa da Revista J, que sai todos os domingos e que expõe a vida mais particular dos jogadores e das suas mulheres, retratando-as muitas vezes de forma sexualizada e relacionando-as com títulos ou perguntas sugestivas: «A Sara causaria sensação no Golf, não gostaria de ser notada?», «Qual o seu segredo para tão boa forma física?», «Há algum jogador que lhe agrada particularmente?», pergunta a jornalista (mulher) a Sara Martins, a modelo que aparece na capa da Revista J, (8 de Outubro 2015) quase sem roupa.

Um estudo levado a cabo por Lanis e Covell em 1995, analisou a questão da mulher na publicidade e os seus efeitos nas perspetivas acerca da agressão sexual. Conclui-se que imagens sexualmente explícitas resultam no aumento do estereótipo de género e aceitação da violência contra a mulher, nomeadamente sexual. Esta exposição levou também a que mulheres e homens apoiassem menos o feminismo e o Movimento Feminino.

A identidade, no caso de Sara, é descrita através das suas qualidades estéticas, associadas ao seu gosto pelo desporto (sendo que este segundo tópico não é o que terá mais interesse), que fazem referência ao seu valor dentro de um determinado campo, neste caso, o da beleza feminina. O interesse do jornal não é o de mostrar os conhecimentos ou gostos desportivos de Sara, mas sim tentar que não se trate apenas de uma sessão fotográfica de nudez e se inclua também algum texto relativo ao desporto, que é do que o jornal (supostamente) trata.

As imagens de mulheres em poses sensuais ou desnudadas servem os propósitos unicamente masculinos, pois o jornal só publica aquilo que sabe que irá vender, de acordo com os desejos do seu público que é, neste caso, maioritariamente masculino. «O legado da Cinderela e da Branca de Neve ainda se faz sentir» (Mota-Ribeiro, 2011, p.135 *apud* Ussher, 1997, p.13), tanto para homens, que veem a mulher retratada como perfeita para si, como para mulheres, que veem nela aquilo que gostariam de ser, cultivando o sentimento de que para se ser uma mulher bonita tem de possuir determinadas características.

«(...) Em geral as representações das mulheres muito raramente rompem com as definições tradicionais de feminilidade ou alteram as desigualdades fundamentais na construção do género. Só em contextos restritos em termos de difusão, como a arte, a literatura (...) os modelos de mulher apresentados procuram deliberadamente ser o contraponto de uma espécie de feminilidade hegemónica que domina (...)» (Mota-Ribeiro, 2005, p.50)

Algumas questões que a modelo vai respondendo como «do plantel azul e branco, qual é para si o jogador com mais pinta?» ou «sabe dizer Lopetegui sem se enganar?», enquanto usa um bikini e utensílios apropriados ao golf, demonstram bem o tipo de imagem que o jornal quer dar destas jovens. Primeiro, a de que se despindo estão a contribuir para a leitura do jornalismo desportivo (que não é mentira, mas deixa muito a desejar sobre este tipo de jornalismo); segundo, que a sua opinião sobre desporto tem importância, o que não é verdade, pois as perguntas irrelevantes apenas sugerem sexualização e incapacidade de discutir desporto e, em terceiro, que esta revista não se trata de pura propaganda à objetificação do corpo e de tentativa de aumento de vendas, algo que, folheando as várias páginas, rapidamente se conclui.

Conclusão

Não sabendo ao certo que questões iria abordar ao longo do trabalho, o fio condutor seriam as mulheres e a sua representação, principalmente no jornalismo, por ser a minha área de estudo e também do meu particular interesse.

Assim, chegamos ao fim deste trabalho, com a perspetiva de que muita coisa mudou ao longo dos anos, mas há muito mais para mudar em questão de igualdade entre homens e mulheres. Do ponto de vista da representação social, a mulher continua a ser vista como um ser mais emotivo, com menos predisposição para determinadas áreas afetas aos homens, e a quem cabem as tarefas domésticas, as quais têm de equilibrar com a profissão, apesar de dispensarem mais horas (quer em casa, quer no trabalho) que os homens.

Também em termos remuneratórios a mulher está em desvantagem, recebendo uma percentagem consideravelmente mais baixa, em termos de salário, que os homens. Questões como o desemprego e a idade castigam muito mais a população feminina, assim como o acesso a determinadas áreas – as mulheres têm mais propensão para trabalhos relativos à saúde, à ação social e aos cuidados domésticos.

Para uma mulher, os cargos superiores não são de tão fácil alcance como para os homens, assim como não recebe o mesmo valor monetário pelo mesmo cargo que um homem exerça. Quer na área do jornalismo como do jornalismo desportivo, são visíveis os níveis desiguais de poder entre ambos, pelos fatores enumerados ao longo do trabalho.

No desporto, o caminho é longo, quer a nível de discurso e representação feminina, como a nível de atletas, dirigentes desportivos ou jornalistas de desporto. A posição dos jornalistas só mudará quando for aceite a ideia de que uma mulher é capaz de fazer ou discutir desporto tão bem quanto um homem.

Este trabalho não serviu para adotar uma postura de que a mulher é superior ao homem, mas que pode e deve ter acesso aos mesmos direitos que este, assim como é obrigada aos mesmos deveres. Não é o género que afirma o que uma pessoa pode ou não fazer, muito menos as convenções sociais pois, um homem pertence à cozinha tal como uma mulher pertence aos desportos motorizados, e vice-versa. Penso que o passado não deve ser um espelho do presente e, para mudar mentalidades, deve-se começar por incutir valores de igualdade desde cedo, para que se cresça sabendo que todos são iguais, sem exceção.

Bibliografia e Netgrafia

- Bibliografia

Clifton, Allyson B. (2012). *The history of women sportscasters & their struggle for equality*. The University of Toledo Digital Repository;

Correia, Fernando, Baptista, Carla (2005). *Anos 60: um período de viragem no jornalismo português*. Universidade da Beira Interior;

Couto, Célia Pinto, Rosas, Maria Antónia Monterroso (2009). *O Tempo da História 2ª Parte*. Porto: Porto Editora;

Graça, Sara Meireles (2007). *Os Jornalistas Portugueses: dos problemas da inserção aos novos dilemas profissionais*. Coimbra: Edições Minerva;

Guimarães, Adriana Mello, Fernandes, Nuno Ricardo (2012). *O Jornalismo em Evolução*. Instituto Politécnico de Portalegre;

Hanitzsch, Thomas, Hanusch, Folker (2012). *Does Gender determine Journalists' Professional Views? A Reassessment based on Cross-national Evidence*. *European Journal of Communication*. Sage Publications;

Hermes, Joke (2014). *Mulheres e Jornalismo Primeiro: um desafio lançado aos profissionais dos media para que seja possível alcançar a democracia na prática, criar um jornalismo de qualidade e acabar com os estereótipos de género*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género;

Magalhães, Sara, Alvarez, Teresa (2014). *Mulheres e Media*. Lisboa: APEM – Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres;

Mendes, Renato (2012). *Os Jornalistas e a Primeira Licenciatura em Comunicação Social em Portugal (1979)*. Escritório Editora;

Monteiro, Rosa (2010). *A Emergência do Feminismo de Estado em Portugal: uma história da criação da comissão da condição feminina*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género;

Pêgo, Liliana (2015). *Os Estudos De Género E Os Media – Uma Análise À Perceção Das Jornalistas Sobre O Jornalismo Desportivo Em Portugal*. Instituto Politécnico De Portalegre;

Pinheiro, Francisco (2009). *História Da Imprensa Periódica Desportiva Portuguesa (1875-2000)*; Universidade de Évora;

Rebelo, José (coord.) *et al* (2014). *As Novas Gerações de Jornalistas em Portugal*. Lisboa: Mundos Sociais;

Simões, Rita Joana Basílio (2007). *A Violência Contra as Mulheres nos Media: Lutas de Género no Discurso das Notícias (1975-2002)*. Coimbra: Coimbra Editora;

Silveirinha, Maria João (2012) *O Discurso Feminista E Os Estudos Dos Media: em busca da ligação necessária*. Coimbra: Universidade de Coimbra;

Subtil, Filipa (2003). *As Mulheres Jornalistas*. Lisboa: Instituto Politécnico de Lisboa;

Ventura, Isabel (2009). *As Primeiras Mulheres Repórteres: Portugal nos Anos 60 e 70*, Lisboa: Edições Tinta da China;

- Netgrafia

Associação dos Amigos da Torre do Tombo (s.d.). *Direção dos Serviços de Censura*. Consultado a 2/11/2016, disponível em <http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=1494>;

Associação Capazes (2015). *O 25 De Abril, O Estatuto Da Mulher E Os Atos Performativos*. Consultado a 11/11/2016, disponível em <http://capazes.pt/cronicas/o-25-de-abril-o-estatuto-da-mulher/view-all/>;

Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (APCT). Consultado a 16/11/2016, disponível em www.apct.pt;

Cádima, Francisco Rui (1997). *A Televisão e a Ditadura (1957-1974)*. Consultado a 2/11/2016, disponível em <http://www.fcsh.unl.pt/cadeiras/htt/artigos/TVDITAD.pdf>;

Campos, Ana Maria Ferreira (2011). *Novos rumos da educação no Estado Novo: influência da abertura da economia portuguesa no pós-II Guerra Mundial no sistema de ensino português*. Consultado a 10/10/2016, disponível em http://www4.fe.uc.pt/aphes31/papers/sessao_4b/ana_campos_paper.pdf;

Centro de Documentação 25 de Abril. Consultado a 2/11/2016, disponível em <http://www.cd25a.uc.pt/>;

Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. *V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação, 2014-2017*. Consultado a 11/11/2016, disponível em www.cig.gov.pt;

Comité Olímpico de Portugal (2015). *A Igualdade De Género No Desporto*. Consultado a 26/10/2016, disponível em <http://comiteolimpicoportugal.pt/wp-content/uploads/2015/10/5-A-Igualdade-do-G%C3%A9nero-no-Desporto.pdf>;

Direção-Geral da Segurança Social (2014). *A mulher em Portugal: alguns aspetos do evoluir da situação feminina na legislação nacional e comunitária (Vol.II)*. Consultado a 3/11/2016, disponível em http://www.seg-social.pt/documents/10152/9347251/A_mulher_em_Portugal_vol_II.pdf/42252784-2d91-48cc-85e2-a1275ef48503;

Hardin, Marie, Shain, Stacie (2005). *Female Sports Journalists: Are We There Yet? 'No'*. Consultado a 15/11/2016, disponível em <http://www.cdonohue.com/nrj/pdf/Hardin.pdf>;

Instituto Europeu para a Igualdade de Género. Consultado a 11/11/2016, disponível em <http://eige.europa.eu>;

Instituto Nacional de Estatística (2013). *8 de Março: Dia Internacional da Mulher*. Consultado a 2/11/2016, disponível em <file:///C:/Users/Adriana/Downloads/07DiaInternacionalMulher2013.pdf>;

Jornal Observador (2015). *Igualdade de Género: Portugal o terceiro país mais desigual da EU*. Consultado a 30/10/2016, disponível em <http://observador.pt/2015/06/25/igualdade-de-genero-portugal-e-o-terceiro-pais-mais-desigual-da-ue/>;

Jornal Público (2014). *Dois Terços Das Mulheres Jornalistas São Vítimas De Violência, Diz Estudo*. Consultado a 28/11/2016, disponível em <https://www.publico.pt/2014/03/12/sociedade/noticia/dois-tercos-das-mulheres-jornalistas-sao-vitimas-de-violencia-diz-estudo-1627971#>;

Jornal Público (2016). *Morreu Maria Isabel Barreno, que "foi mais do que uma das 'Três Marias'"*. Consultado a 2/11/2016, disponível em <https://www.publico.pt/2016/09/03/culturaipilon/noticia/morreu-maria-isabel-barreno-uma-das-tres-marias-1743111>;

Pinto-Coelho, Zara, Mota-Ribeiro, Silvana (2005). *O Acesso Das Mulheres Ao Discurso Da Imprensa Portuguesa*. Consultado a 30/10/2016, disponível em <http://www.sopcom.pt/actas/coelho-ribeiro-acesso-mulheres-discurso-imprensa-portuguesa.pdf>;

Rebelo, Dulce (s.d.). *As Conquistas Democráticas da Mulher Portuguesa*. Consultado a 3/11/2016, disponível em <http://www.25abril.org/docs/congresso/democracia/00.07-Dulce%20Rebelo.pdf>;

Silveirinha, Maria João, Simões, Rita Basílio (2016). *As Mulheres Tentam Compensar. O Verbo 'Compensar' É Terrível, Não É? Género E Jornalismo Em Tempos De Mudança*. Consultado a 5/11/2016, disponível em http://exaequo.apem-estudos.org/files/2016-07/3_AS_MULHERES_TENTAM_COMPENSAR.pdf;

Souza, Juliana (2016). *O Género No Jornalismo Em Tempos De Recessão: Como Se Dá A Representação Mediática Das Mulheres Num Contexto De Crise Em Portugal*. Consultado a 4/11/2016, disponível em http://exaequo.apem-estudos.org/files/2016-07/9_O_GENERO_NO_JORNALISMO_EM_TEMPOS_DE_RECESSAO.pdf;

Ventura, Isabel (2009). *A emergência das Mulheres repórteres nas décadas de 60 e 70*. Consultado a 1/11/2016, disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/559/1/LC361.pdf>;